**DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**

## Relatório do auditor independente

## Demonstrações financeiras Em 31 dezembro de 2024

WNJ/AR/AC/CM/JCO 0791/25

**DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**

## Demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2024

## Conteúdo

## Relatório da Administração

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Balanço patrimonial

## Demonstrações do resultado Demonstrações do resultado abrangente

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Demonstrações dos fluxos de caixa

## Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

**SUMÁRIO**

1. [SUMÁRIO EXECUTIVO 5](#_bookmark0)
2. [APRESENTAÇÃO 6](#_bookmark1)
3. [DESENVOLVE SP 6](#_bookmark2)
4. [PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 8](#_bookmark3)
   1. [PLANO DE NEGÓCIOS DA DESENVOLVE SP 2024 8](#_bookmark4)
   2. [PÚBLICO-ALVO 10](#_bookmark6)
5. [DESEMPENHO 11](#_bookmark8)
   1. [PLANO DE METAS INSTITUCIONAIS 2024 11](#_bookmark9)
   2. [CONJUNTURA ECONÔMICA 12](#_bookmark10)
   3. [OPERACIONAL 13](#_bookmark12)
   4. [FINANCEIRO 17](#_bookmark13)
6. [ATUAÇÃO 18](#_bookmark14)
   1. [LINHAS DE FINANCIAMENTO E FUNDOS 18](#_bookmark15)
   2. [PARCERIAS INSTITUCIONAIS 25](#_bookmark16)
   3. [PUBLICIDADE E APOIO A EVENTOS 26](#_bookmark17)
   4. [GESTÃO DE PESSOAS 28](#_bookmark18)
   5. [INFRAESTRUTURA 29](#_bookmark19)
7. [GOVERNANÇA CORPORATIVA 30](#_bookmark20)
   1. [CONTROLES INTERNOS, *COMPLIANCE* E GESTÃO DE RISCOS 33](#_bookmark21)
   2. [RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA 34](#_bookmark22)
   3. [AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES 35](#_bookmark23)
8. [RESUMO DOS PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2024 36](#_bookmark24)
9. [CONCLUSÃO 38](#_bookmark25)

# SUMÁRIO EXECUTIVO

### No ano de 2024, a Desenvolve SP buscou fortalecer sua missão de democratizar o crédito, gerando desenvolvimento sustentável, emprego e renda. O ano foi marcado pela expansão da atuação em projetos de alto impacto para micro, pequenas, médias empresas, bem como as prefeituras do Estado de São Paulo.

### Nesse contexto, os principais destaques foram a nova política de taxas – com mudança do indexador de Selic para IPCA e spreads menores para municípios vulneráveis e empresas de menor porte, a retomada dos investimentos em FIPs e FIDCs, a criação da primeira linha de crédito para a agricultura, e as revisões das políticas de crédito e garantias, e cobrança. Além disso, o lançamento de linhas mais adequadas às demandas do público da DSP, incluindo uma linha de investimento simplificada, aproxima a Desenvolve SP do seu público e fortalece o seu propósito.

### Em termos de desempenho, a Desenvolve SP atingiu R$ 1 bilhão em desembolso no exercício, alcançando seu melhor biênio da história com R$ 2 bilhões em créditos concedidos entre 2023 e 2024. A agência também alcançou o maior desembolso para o Setor Público da história, com R$ 691 milhões concedidos aos municípios ao longo de ano de 2024, 27,5% maior que o desembolso no ano anterior. No ano, a DSP atendeu 1.408 empresas, com destaque para programas voltados à inovação e sustentabilidade ambiental, além de 92 prefeituras, com foco na melhoria da infraestrutura para melhor atender aos munícipes. Por fim, a instituição teve um Lucro Líquido de R$ 186,8 milhões, e alcançou 92,8% das metas corporativas para o ano de 2024.

### O ano de 2024 foi marcado ainda pela efetivação da nova estrutura de riscos e controles, com a entrada em operação de uma diretoria exclusiva e implantação do Comitê de Riscos e Controles Internos, com o objetivo de promover a integridade e a robustez da empresa. Outras conquistas importantes foram a integração com o Sistema de Pagamentos Brasileiro – sendo a primeira agência de fomento estadual – e as adequações contábeis significativas à Resolução CMN 4966/21.

### Por fim, a Desenvolve SP segue comprometida com a agenda ESG (Ambiental, Social e Governança), com destaque para o estabelecimento de parcerias para apoiar pequenos municípios que enfrentam desafios na elaboração de projetos de infraestrutura sustentável, além da publicação do seu primeiro Relatório Anual Integrado. Adicionalmente, a Governança Corporativa foi reforçada por meio da adesão ao Movimento Transparência 100% e da avaliação do Nível da Maturidade de Governança Corporativa das Empresas e Fundações, promovido pela Sefaz, garantindo o processo de melhoria contínua das práticas da instituição.

# APRESENTAÇÃO

### Este é o 16º Relatório Anual da Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., que apresenta os resultados operacionais e financeiros do exercício de 2024 elaborados de acordo com as diretrizes da organização e as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (Cosif) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN).

# DESENVOLVE SP

### A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Desenvolve SP”, “DSP” ou “Instituição”), que completou 15 anos de existência em 11/03/2024, tem sede no município de São Paulo e capital integralizado de R$ 3,2 bilhões. A Instituição iniciou suas atividades em 2009 fazendo parte da administração indireta do Estado de São Paulo e a partir de 1º de janeiro de 2023, passou a ser vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Estado de São Paulo.

### Constitui seu objeto social a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828/2001, do CMN, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

### Cabe à Desenvolve SP fomentar projetos de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do estado, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico, em linha com o seu Planejamento Estratégico e as diretrizes e políticas definidas pelo Governo Estadual.

### Sua atividade-fim é o financiamento de projetos de investimentos de longo prazo, de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos. Além das linhas de financiamento, também é objeto da Desenvolve SP a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, assim como serviços de administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo.

### Em 2024, a Diretoria de Controle de Riscos foi estruturada com a chegada da nova diretora. Com isso, a atual Diretoria da Desenvolve SP é composta por:

### Ricardo Dias de Oliveira Brito – Diretor Presidente;

### Ana Paula Teixeira de Sousa – Diretora de Controle de Riscos;

### Karen Kemely Mussi Mhereb - Diretora Financeira;

### Flavio Duarte de Oliveira - Diretor Administrativo;

### Gustavo José Melo Santos - Diretor de Negócios.

|  |  |
| --- | --- |
| **FICHA TÉCNICA** | |
| Início das atividades | 03/2009 |
| Capital Social (12/2024) | R$ 3.156 MILHÕES |
| Colaboradores (12/2024) | 156 |
| Patrimônio Líquido (12/2024) | R$ 3.395 MILHÕES |
| Ativos Totais (12/2024) | R$ 4.354 MILHÕES |
| Patrimônio Fundos Administrados (12/2024) | R$ 3.059 MILHÕES |
| Desembolso (2024) | R$ 1.015 MILHÕES |
| Empresas atendidas (2024) | 1.408 |
| Prefeituras atendidas (2024) | 92 |

# PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

### O Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2030 teve como pilares de atuação a Governança, a Sustentabilidade e a Inovação, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e as Práticas Ambientais, Sociais e de Governança (Princípios ESG).

### Foi realizada alteração da Missão da Instituição, visando maior aderência as premissas da atual gestão do controlador da instituição, Governo do Estado de São Paulo, e nova diretoria.

* **MISSÃO**

### Democratizar o crédito, gerando desenvolvimento sustentável, emprego e renda.

* **VISÃO**

### Ser reconhecida como instituição financeira de referência das micro, pequenas, médias empresas e prefeituras, atuando como propulsora do desenvolvimento dos municípios paulistas.

* **VALORES**

### Trabalhamos com ética, transparência e profissionalismo, preservando a equidade de tratamento e as boas práticas de governança;

### Prezamos pela responsabilidade socioambiental;

### Buscamos eficiência em todos os negócios;

### Prezamos pelo bem-estar e aperfeiçoamento profissional;

### Temos orgulho de fazer parte desse time!

# PLANO DE NEGÓCIOS DA DESENVOLVE SP 2024

### Alinhado ao Planejamento Estratégico, o Plano de Negócios indica os caminhos táticos que a Desenvolve SP deve percorrer no ano para alcançar os objetivos definidos pela gestão.

### Para o ano de 2024, a Instituição definiu objetivos e ações nos seus 3 eixos de atuação, conforme destacado abaixo:

### SETOR PRIVADO

### Fomento ao empreendedorismo que gere emprego, renda e desenvolvimento;

### Sustentabilidade (com impacto social) e Inovação (baseada em demandas de mercado); e

### Foco no Micro e Pequeno empreendedor.

### SETOR PÚBLICO

### Investimentos de alto impacto para prefeituras que gerem desenvolvimento, emprego e renda (ex.: Cidades inteligentes, Tratamento de resíduos, Energia limpa e Iluminação Pública); e

### Foco nos municípios pequenos (até 50 mil habitantes) e com Índice Paulista de Desenvolvimento (IPDM[1](#_bookmark5)) baixo e médio.

### GOVERNO DO ESTADO

### Parcerias com Secretarias para criação de programas de alto impacto para o cidadão paulista (ex.: programa habitacional, linhas emergenciais, FIDC com foco no Agronegócio).

### Desses objetivos, derivaram uma série de Projetos Prioritários para o ano de 2024, com destaque para:

### PRODUTOS E NEGÓCIOS

### Mudança nas taxas / custo de oportunidade;

### Revisão da política de crédito / garantias;

### Parcerias para distribuição dos produtos DSP;

### Implantação de ferramenta de atendimento ao cliente (SAC);

### Suporte na execução de projetos executivos para prefeituras;

1O IPDM é um indicador sintético de apoio à gestão pública, que mostra o desempenho municipal em relação à riqueza, escolaridade e longevidade.

### Subscrição de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs); e

### Expansão das ações e campanhas de comunicação DSP. PESSOAS E PROCESSOS

### Realização de concurso e redimensionamento de áreas;

### Treinamentos / capacitações por área (técnicos e de *compliance*);

### Racionalização das atividades via terceirização / parcerias; e

### Revisão das políticas de risco.

### TECNOLOGIA

### Melhorias na esteira de crédito;

* + - Estruturação de dados para implantação de *Business Inteligence* (BI);

### Implantação da Conta Liquidação e das adequações relacionadas à Resolução CMN 4.966; e

### Automação do processo de cobrança.

### O Planejamento Estratégico vigente está disponível no site da Instituição: [https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-](https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/planejamento-estrategico/)

### [corporativa/planejamento-estrategico/](https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/planejamento-estrategico/)

# PÚBLICO-ALVO

### Considerando o seu papel de ser parceiro estratégico e financeiro do Estado na execução de políticas públicas e espelhado em sua visão, o público-alvo da Desenvolve SP são as micro, pequenas, médias empresas e empresas estratégicas[2](#_bookmark7), bem como as prefeituras do estado de São Paulo.

2 Empresas que possuam: alinhamento com vocação regional; potencial de atração de investimentos e desenvolvimento econômico; impacto social e desenvolvimento comunitário; e/ou capacidade de inovação e expansão.

### Além das linhas de financiamento, também é objeto da Desenvolve SP a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, assim como serviços de administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento (Fundos de Desenvolvimento) do Estado de São Paulo, tendo como público-alvo as Secretarias de Governo do Estado.

### Além do público citado, a Desenvolve SP pode atender em outros portes e segmentos, considerando a oportunidade e o interesse público.

# DESEMPENHO

# PLANO DE METAS INSTITUCIONAIS 2024

### Alinhado ao Planejamento Estratégico 2024-2030, com o objetivo de avaliar no curto prazo o desempenho e a eficiência da Instituição, foi aprovado o Plano de Metas para 2024, de acordo com as definições do Decreto Estadual 59.598/2013. Foram definidos cinco indicadores com suas respectivas metas para 2024, sendo:

### **Índice de Cobertura:** Relação entre receitas operacionais (operações de crédito + tarifas e prestações de serviços) e despesas totais;

### **Proporção de Desembolso de Alto Impacto**: Percentual de Desembolso para Projetos de Alto Impacto (excluindo capital de giro para o setor privado e recapeamento para o setor público) em relação ao total de Desembolso;

* + - **Desembolso total:** Total de crédito desembolsado para o setor privado e público em 2024;

### **Taxa de Inadimplência do Setor Privado**: Percentual do saldo de carteira ativa de créditos vencidos e não pagos há mais de 90 (noventa) dias em relação ao saldo da carteira ativa do Setor Privado;

### **Projetos Prioritários**: Média do índice de execução dos 28 projetos selecionados com início no exercício de 2024, dividindo o total realizado pelo total esperado.

### O atingimento da Meta Global da instituição ficou em 92,80%, conforme a composição abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESENVOLVE SP** | **DATA BASE: 31/12/2024** | | | **META GLOBAL: 92,8% ●** | | |
| **INDICADOR** | **PESO** | **META** | **REALIZADO** | **% META** | | **% META (C/ TRAVA)** |
| **ÍNDICE DE COBERTURA** | **0,2** | **105,7%** | **130,3%** | **123,3%** | **●** | **100,0%** |
| **PROPORÇÃO DE DESEMBOLSO DE ALTO**  **IMPACTO** | **0,2** | **66,0%** | **65,4%** | **99,1%** | **●** | **99,1%** |
| **DESEMBOLSO TOTAL** | **0,2** | **R$ 1.250.000.000** | **R$ 1.014.573.968** | **81,2%** | **●** | **81,2%** |
| **TAXA DE INADIMPLÊNCIA - SETOR**  **PRIVADO** | **0,2** | **10,0%** | **7,7%** | **122,8%** | **●** | **100,0%** |
| **PROJETOS PRIORITÁRIOS** | **0,2** | **100,0%** | **83,9%** | **83,9%** | **●** | **83,9%** |

### Os indicadores "Índice de Cobertura" e "Taxa de Inadimplência do Setor Privado" tiveram resultados acima do esperado. Ambos foram beneficiados por uma melhora da qualidade da carteira em relação ao ano anterior, a qual resultou em uma redução do custo de PDD e consequentemente da Despesa como um todo.

### O "Desembolso" ficou em 81,2% da meta devido a uma atuação no Privado mais focada em Investimentos (alto impacto)[3](#_bookmark11) , em detrimento a Capital de Giro. Investimentos possuem um maior tempo de maturação e análise na esteira de crédito, resultando em um desembolso menor (em especial dessas linhas) ao longo de 2024. Em compensação, o indicador "Proporção de Desembolso de Alto Impacto" ficou muito próximo à meta, refletindo a preocupação da gestão em incentivar iniciativas de fomento ao invés de crédito para Capital de Giro (Privado) e Recapeamento (Público).

### Por fim, o indicador "Projetos Prioritários" encerrou o ano em 83,9% de conclusão, indicando a conclusão da maior parte dos projetos críticos para o ano de 2024.

# CONJUNTURA ECONÔMICA

### No ano de 2024, a economia global enfrentou um ambiente desafiador, caracterizado por desaceleração no crescimento de grandes economias e persistência de tensões geopolíticas. A inflação, embora em desaceleração em países desenvolvidos, permaneceu acima das metas de muitos bancos centrais, levando a políticas monetárias ainda restritivas. Por outro lado, a recuperação da China, que vinha sendo esperada como um motor de crescimento global, mostrou-se abaixo do esperado devido a desafios estruturais, como o setor imobiliário fragilizado e uma transição econômica mais lenta. Os mercados emergentes foram impactados pela volatilidade cambial e pela menor liquidez internacional.

3 Financiamento de projetos de investimento e de aquisição de máquinas e equipamentos

### A economia brasileira, em 2024, apresentou um crescimento mais robusto que o esperado, com uma expectativa de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 3,5%. A taxa média de desemprego atingiu 6,6%, a menor já registrada pela série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), refletindo a criação de empregos em setores como comércio e transportes. Se de um lado o mercado de trabalho aquecido ajuda na atividade econômica, por outro provoca desafios no controle da inflação, que fechou o ano em 4,83%, pressionada não só pelo mercado de trabalho mais apertado, como também pela significativa desvalorização cambial e as expectativas desancoradas para a alta dos preços. Com essa conjuntura, o Banco Central realizou sucessivos aumentos na Taxa básica de Juros (Taxa Selic) ao longo do segundo semestre, encerrando 2024 em 12,25% ao ano.

### As projeções para o PIB do estado de São Paulo em 2024 indicam um crescimento sólido entre 2,8% e 3,3%, com uma média estimada de 3,2%, conforme relatório da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Esse desempenho reflete a resiliência da economia paulista diante de um cenário de juros elevados e inflação resistente, impulsionado principalmente pelo dinamismo do setor de serviços e pelo aquecimento do mercado de trabalho, com aumento na geração de empregos formais e crescimento da renda média dos trabalhadores, fatores que estimulam o consumo e fortalecem o comércio. A produção industrial, que segue em recuperação, também contribuiu para essa trajetória de crescimento, apesar das recentes oscilações. De modo geral, as projeções refletem uma melhora na economia paulista, que segue como o principal motor da economia brasileira.

# OPERACIONAL

* **DESEMBOLSOS E SALDO DE CARTEIRA**

### Em 2024, os desembolsos somaram R$ 1.015 milhões, sendo 89,8% liberados com recursos próprios e 10,2% com recursos de terceiros, atendendo 1.408 empresas, localizadas em 204 municípios, e 92 prefeituras.

### O biênio 2023-2024 foi o melhor da história da agência de fomento paulista. Foram R$ 2 bilhões em créditos concedidos para projetos de micro, pequenas e médias empresas e prefeituras.

### O setor público, com o maior desembolso da história da instituição, representou 68,1% do total em 2024, atingindo R$ 691,3 milhões, valor 27,5% maior que em 2023. O setor privado, por sua vez, atingiu o somatório de R$ 323,3 milhões. Destes, o setor de Serviços foi responsável por 42% dos recursos obtidos, enquanto Indústria e Comércio, foram responsáveis por 27% e 24%, respectivamente.

### Impulsionado pelo alto desempenho nos desembolsos ao setor público, os projetos de investimento representaram 84,2% do valor desembolsado, elevação de 21,5% em relação ao ano anterior. Capital de giro representou 14,2%, e máquinas e equipamentos, 1,6%. Cabe destacar o aumento de desembolsos considerados de “alto impacto” (excluídos os créditos para Capital de Giro e Recapeamento), que totalizaram R$ 663,0 milhões, crescimento de 23,7% em relação a 2023.

### Em 2024, os desembolsos para inovação somaram R$ 78,4 milhões. No acumulado geral, 41,9% foram para microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099/2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.

### O saldo da carteira de crédito encerrou o ano com a marca recorde de R$ 2,7 bilhões, crescimento de 10,4% em relação a 2023. Em dezembro de 2024, o setor privado e o setor público compartilhavam de 50% da carteira.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ÍNDICES** | **2023** | **2024** | **VARIAÇÃO** |
| Desembolso total | R$ 1.011,9 mi | R$ 1.014,6 mi | +0,3% |
| - Setor Público | R$ 542,2 mi | R$ 691,3 mi | +27,5% |
| - Setor Privado (Investimentos) | R$ 193,6 mi | R$ 178,8 mi | -7,6% |
| - Setor Privado (Capital de Giro) | R$ 276,1 mi | R$ 144,5 mi | -47,7% |
| Saldo de Carteira | R$ 2.447 mi | R$ 2.703 mi | +10,4% |

* **PARCERIAS COM MULTILATERAIS E ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

### A Desenvolve SP vem trabalhando no estreitamento das relações com organizações multilaterais, consolidando parcerias que viabilizem projetos alinhados às diretrizes do planejamento estratégico da instituição. Essa atuação inclui a busca por financiamentos internacionais que possibilitem aumentar a capacidade de investimento em áreas prioritárias, como sustentabilidade, inovação e infraestrutura. Além disso, destacamos a prioridade na identificação de sinergias entre os objetivos das entidades multilaterais e os compromissos da Desenvolve SP, garantindo um impacto positivo e de longo prazo no desenvolvimento socioeconômico do estado de São Paulo.

* **COBRANÇA**

### Em 2024, as estratégias de cobrança e recuperação de crédito alcançaram novos patamares de eficiência, sustentadas pela implementação de ferramentas tecnológicas modernas, como o uso do WhatsApp para comunicação direta e ágil com clientes, e pela atualização da régua de cobrança, alinhada às diretrizes aprovadas pelos órgãos colegiados.

### A atuação proativa, tanto na esfera judicial quanto extrajudicial, continuou a ser um diferencial estratégico. Com o apoio de um escritório de cobrança especializado e três escritórios de advocacia parceiros, a Desenvolve SP obteve resultados expressivos, como a regularização de R$ 33 milhões em contratos e a recuperação de R$ 7,4 milhões de operações em prejuízo.

### Além disso, a atuação integrada entre os setores jurídico e de cobrança assegurou o andamento eficiente dos processos judiciais, contribuindo para a estabilidade financeira da instituição e o retorno dos recursos à sua finalidade: democratizar o crédito de forma sustentável.

### Como reflexo desse trabalho consistente, a inadimplência da carteira do setor privado encerrou o ano de 2024 em 7,7%, abaixo da meta projetada, evidenciando o impacto positivo das estratégias implementadas e reforçando o compromisso da Desenvolve SP com a gestão responsável e a sustentabilidade de suas operações financeiras.

### O grande marco de 2024 foi a implementação do sistema de automação de renegociações judiciais e extrajudiciais do Banco do Povo. Entrando em vigor em junho, essa inovação revolucionou os processos de renegociação, tornando-os mais rápidos, precisos e alinhados às necessidades dos clientes.

### Totalmente parametrizado com as regras de renegociação do Banco do Povo, o sistema otimizou a definição de prazos, taxas e condições de desconto, permitindo decisões ágeis e análises mais assertivas. Os clientes passaram a contar com soluções personalizadas, enquanto a instituição ganhou eficiência operacional.

### Esses avanços culminaram em resultados expressivos: 3,9 mil renegociações e acordos judiciais foram formalizados, regularizando R$ 69,6 milhões em contratos de microcrédito. O impacto positivo da automação reforça o compromisso da Desenvolve SP com a sustentabilidade financeira dos créditos.

## Revisão da política de crédito e garantias, com ênfase na melhoria da qualidade da originação;

### Ao longo de 2024, foram desenvolvidos novos relatórios para acompanhamento do desempenho de nossa carteira, com detalhe maior para a visão de safras. Com isso, foram identificadas oportunidades de melhoria nas políticas de crédito com o objetivo de originar créditos de maior qualidade e, consequentemente, formar uma carteira de empréstimos mais saudável.

### As principais alterações se concentraram da redefinição dos ratings, revisão da alavancagem máxima permitida e restritivos de sócios.

## Desenvolvimento de novos critérios e metodologias de perda esperada para o provisionamento de devedores duvidosos, alinhados às exigências da Resolução CMN 4.966/21, a ser aplicada a partir de 1 de janeiro de 2025;

### Com a finalidade de atender as necessidades das resoluções CMN 4966/21 e BCB 352/23, uma nova metodologia de provisão de perdas foi construída, para ser aplicada a partir de 2025, levando-se em conta, além das categorias e respectivas perdas esperadas, o desenvolvimento de um modelo interno de perda esperada. A provisão final será resultado da comparação entre os valores obtidos das categorias da resolução BCB 352/23 e os valores calculados pelo modelo interno, o que for maior.

# FINANCEIRO

### O resultado bruto da intermediação financeira foi de R$ 356,5 milhões. Já o saldo líquido de receitas e despesas operacionais foi de R$ -97,5 milhões. Com isso, a Desenvolve SP obteve um resultado operacional de R$ 259,1 milhões. O destaque foi para o crescimento de 5,0% nas receitas de operações de crédito, resultado do aumento da carteira de crédito. Em contrapartida, houve redução de 37,7% nas receitas com títulos e valores mobiliários em decorrência da redução da carteira investida e da queda na Taxa Selic média, de 13,2% em 2023 para 10,8% em 2024. A redução de 47,4% nas receitas de tarifas bancárias foi impactada pelo menor volume de desembolsos para novas operações. Nas despesas de pessoal, houve crescimento de 19,4% devido ao preenchimento do quadro de colegiados e o aumento do quadro de colaboradores: em outubro, 14 novos colaboradores ingressaram por meio de concurso público. Nas despesas administrativas, a elevação de 23,5% foi preponderantemente causada pelas despesas com desenvolvimento e manutenção de sistemas, propaganda e publicidade, assessoria jurídica e despesas judiciais.

### Com isso, a Desenvolve SP registrou em 2024 lucro líquido de R$ 186,8 milhões, redução de 12,0% em relação a 2023.

### No encerramento do exercício de 2024, o Patrimônio Líquido alcançou R$ 3,4 bilhões, enquanto o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) registrou 5,6% e o Índice de Eficiência atingiu 28,9%.

### Os ativos somaram R$ 4,4 bilhões em 2024, composto por 35,9% de títulos e valores mobiliários, 58,2% de operações de crédito (80,4% com recursos próprios e 19,6% com recursos de terceiros), e 5,9% de outros ativos.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ÍNDICES** | **2023** | **2024** | **VARIAÇÃO** |
| Lucro Líquido | R$ 212,3 mi | R$ 186,8 mi | **-12,0%** |
| Resultado Operacional | R$ 295,1 mi | R$ 259,1 mi | **-12,2%** |
| Inadimplência¹ | 8,6% | 3,9% | **-4,7 p.p.** |
| Índice de Cobertura ² | 105,5% | 130,3% | **24,8 p.p.** |

##### ¹Saldo da carteira de crédito ativa com 90 dias de atraso / saldo de carteira de crédito ativa total ²Relação entre as despesas operacionais e as despesas totais (quanto maior, melhor).

* **PRIMEIRA AGÊNCIA DE FOMENTO DO PAÍS AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL A OPERAR DIRETAMENTE NO SPB**

### Em 2024, a Desenvolve SP tornou-se a primeira agência de fomento do país a operar no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) – mecanismo que permite a transferência eletrônica de recursos entre pessoas físicas e jurídicas. Na prática, isso significa que a agência não precisará mais de intermediação bancária para realizar movimentações financeiras.

### Essa integração proporcionou maior celeridade e segurança no processamento de desembolso das operações de crédito da Desenvolve SP.

# ATUAÇÃO

# LINHAS DE FINANCIAMENTO E FUNDOS

* **SETOR PRIVADO**

### Com o objetivo de atender às demandas setoriais e ampliar as possibilidades de financiamento para as MPMEs paulistas, a nova gestão incluiu no portfólio de produtos as seguintes linhas:

### Linhas Desenvolve Mulher e Desenvolve Mulher Sustentável:

### Criadas em 2023, vieram com o objetivo de conceder condições especiais de crédito para empresas que tenham mulheres à frente de sua administração ou que possuam a maioria das cotas acionárias da empresa. As linhas foram reformuladas em 2024 e continuaram vigentes durante todo o ano.

### Linha Desenvolve Centro

### A linha tem por objetivo apoiar a revitalização do Centro da Cidade de São Paulo, estimulando investimentos em capital fixo para empresas instaladas ou que pretendam se instalar na região.

### Linha Radiodifusão

### Com o objetivo de fomentar a modernização da comunicação por rádio e televisão no estado de São Paulo, foi lançada a Linha Radiodifusão. A linha visa financiar projetos de investimentos ou aquisição de máquinas e equipamentos isolados para empresas do setor.

### A linha oferece prazos de até 120 meses, incluída a carência de até 36 meses para projetos de investimento, e prazos de até 60 meses, incluída a carência de até 12 meses na aquisição isolada de máquinas e equipamentos.

### Linha Crédito Simplificado

### A linha Crédito Simplificado tem o objetivo de proporcionar maior agilidade na concessão de financiamentos de até R$ 300 mil para micro e pequenas empresas enquadradas nos demais critérios do Crédito Digital, destinado a realização de investimentos como a aquisição de máquinas e equipamentos e projetos de investimento.

### A linha não exige a apresentação de projeto de investimento, apenas o preenchimento de um Quadro de Usos e Fontes, onde o cliente explicita os investimentos que deseja fazer, os custos estimados e as fontes de recursos. A linha apresenta maior agilidade na concessão de financiamentos e facilidade de comprovação na utilização dos recursos por parte do tomador.

### Linha Crédito Digital – Fungetur Giro e Fungetur Máquinas

### As linhas com repasse de recursos do Fungetur, voltadas para o setor de Turismo, já eram oferecidas pela Desenvolve SP na modalidade julgamental. A inclusão das linhas no Crédito Digital proporcionará maior agilidade para a obtenção do crédito.

### Linha Crédito Digital – Emergencial Queda de Energia – Capital de Giro e Investimento

### Linha destinada a empresas estabelecidas no estado de São Paulo e afetadas pela queda de energia prolongada ocasionada pelas tempestades que atingiram o estado de São Paulo no mês de outubro de 2024. Posteriormente, a linha foi aberta aos empreendimentos afetados pelo incêndio ocorrido na região do Brás na cidade de São Paulo.

### Linha Irriga Mais

### A linha oferece financiamento, com equalização de taxa de juros com recursos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), de projetos voltados à irrigação, energia fotovoltaica no ambiente rural e agricultura de precisão. Tais projetos incluem implementos tecnológicos, drones, estruturas para armazenagem, serviços e outras infraestruturas agrícolas sustentáveis.

### A linha é um dos principais pilares do Programa Irriga+ SP, lançado pelo Governo do Estado, e que visa integrar ações que impulsionem o crescimento da irrigação de forma sustentável, aliando práticas conservacionistas de solo e água. O programa tem como objetivo proporcionar condições favoráveis ao setor agrícola e estimular o uso de áreas já antropizadas, com foco na intensificação sustentável da agropecuária no estado.

### Em ato inédito, para operar a Linha Irriga Mais, a Desenvolve SP abriu em dezembro de 2024 um Edital de Chamamento Público, que visa selecionar entidades parceiras, que atuarão no suporte técnico aos produtores rurais beneficiários, bem como no desenvolvimento e acompanhamento dos projetos financiados. Inicialmente a linha será disponibilizada exclusivamente através dos parceiros selecionados.

* **SETOR PÚBLICO**

### A Desenvolve SP possui duas linhas de financiamento voltadas ao setor público, que visam incentivar o crescimento dos municípios e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população paulista. Estas linhas oferecem taxas de juros competitivas e prazos longos, para apoiar a administração municipal na realização dos investimentos necessários à infraestrutura do município, sem comprometer a saúde financeira do município.

* **APOIO AOS MUNICÍPIOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS**

### Buscando apoiar pequenos municípios que enfrentam desafios na elaboração de projetos de infraestrutura sustentável, avançamos em duas frentes estratégicas que reforçam nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e a inovação, e que poderão gerar impactos positivos já em 2025:

### Energia Solar para Municípios – Em parceria com a Invest SP, a Desenvolve SP está viabilizando a criação de um escritório de projetos dedicado ao desenvolvimento de iniciativas de energia fotovoltaica para prefeituras. Essa ação visa ampliar o acesso à energia renovável, reduzir custos operacionais e fortalecer a sustentabilidade local, impulsionando a transição energética nos municípios;

### Inovação na Iluminação Pública – Na mesma linha, a DSP está apoiando um projeto piloto inovador voltado para a modernização da iluminação pública. Desenvolvido pelo Centro Paulista de Inovação em Serviços de Iluminação Pública (CePIL), em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil). O projeto será implementado no município de Miracatu (Vale do Ribeira), com início em janeiro de 2025 e duração de seis meses.

### Os benefícios esperados incluem:

### Redução de custos operacionais com o consumo de energia pública;

### Geração de empregos diretos e indiretos na região;

### Modernização do sistema de iluminação pública, impulsionando comércio e serviços locais;

### Aumento da segurança pública, com a redução da criminalidade em vias bem iluminadas;

### Redução das emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para a agenda climática; e

### Proteção ambiental e dos ecossistemas locais, minimizando a poluição luminosa.

* **IMPLANTAÇÃO DE NOVAS TAXAS, COM FOCO EM MUNICÍPIOS VULNERÁVEIS E EMPRESAS DE MENOR PORTE**

### No exercício de 2024, a Desenvolve SP alterou a sua metodologia de precificação visando conjugar a sustentabilidade financeira e o fomento aos micro e pequenos empreendedores, em especial aos localizados nos municípios com IPDM mais baixos. Nessa nova metologia, quanto menor o porte da empresa e/ou o desenvolvimento do município, menores são as taxas para o cliente final.

### Além disso, a DSP alterou o indexador das taxas de Selic para o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), visando dar maior previsibilidade e segurança ao tomador.

### Por fim, a instituição passa a trabalhar com taxas pré-fixadas para capital de giro, mantendo as taxas pós-fixadas para investimentos de longo prazo.

* **FUNDOS GARANTIDORES**

### A Desenvolve SP opera com cinco fundos garantidores: Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), Fundo Garantidor para Investimentos – Crédito Livre (FGI CL), Fundo Garantidor para Investimentos – Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI PEAC), Fundo de Aval (FDA) e Fundo de Aval para Desenvolvimento de Eficiência Energética (FAEE).

### O FAEE tem como objetivo fornecer garantias para operações de eficiência energética. A Desenvolve SP recebeu a primeira tranche, de EUR 2 milhões, no final de 2022 e a segunda, de EUR 3 milhões, no final de 2024, restando ainda uma tranche de EUR 3 milhões, totalizando patrimônio estimado de EUR 8 milhões. A iniciativa faz parte do Programa PotencializEE, coordenado pela Agência Alemã de Cooperação Internacional (GiZ). Os recursos são provenientes de subvenção do Governo Alemão e da União Europeia, através do Fundo Nama Facility. Ao longo dos três anos do projeto, deverão ser originados pela Desenvolve SP mais de R$ 400 milhões em operações de crédito.

* **FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO**

### De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 10.853/2001 e na Resolução Conjunta das Secretarias de Desenvolvimento, de Economia e Planejamento e da Fazenda nº 1, de 03 de agosto de 2010, a Desenvolve SP é responsável pela administração dos Fundos de Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo, isto é, pelos fundos especiais de financiamento e investimento cujos recursos são destinados a programas e projetos, de acordo com as políticas públicas definidas pelo Estado de São Paulo.

### Ao final de 2024, o patrimônio dos fundos alcançou o volume de R$ 3,5 bilhões, distribuídos na gestão de 3 Fundos Garantidores e de 11 Fundos Estaduais de Desenvolvimento:

### Banco do Povo Paulista (BPP);

### Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro);

### Fundo Estadual de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac);

### Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap);

### Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS);

### Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (Fundesvar);

### Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema (Fundespar);

### Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Fundovale);

### Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet);

### Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (Feprac);

### Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (Fundocamp);

### Fundo de Aval (FDA);

### Fundo Garantidor Habitacional (FGH);

### Fundo de Aval para Desenvolvimento de Eficiência Energética (FAEE).

### Em 2024, estavam em negociação, junto às Secretarias de Estado, as internalizações dos seguintes Fundos à Desenvolve SP, previstos para ocorrer nos próximos anos: Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento (Fumefi); Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista (FDMBS); e Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (Fecop).

### A gestão da carteira do Banco do Povo Paulista, programa de microcrédito do Estado de São Paulo, é um dos focos da Desenvolve SP. Atualmente, o fundo possui

### 92.530 operações, num total de R$ 777,8 milhões de carteira. Direcionado a um público que tem maior dificuldade de acesso ao crédito, o microcrédito cria oportunidades para quem pretende melhorar a sua condição social por meio do empreendedorismo.

* **FUNDOS ESTRUTURADOS**

### Em 2024, a Desenvolve SP retomou suas atividades no Mercado de Capitais por meio da Superintendência de Fundos Estruturados (Sufes). Com o objetivo de selecionar e empenhar recursos em FIPs e FIDCs, a Desenvolve SP avaliou propostas direcionadas a diversos setores da economia real, como agropecuária, saúde, saneamento, tecnologia, setor florestal e soluções energéticas.

Por meio de Chamadas Públicas, a Desenvolve SP obteve grande êxito ao ser considerada por gestoras especializadas em diversos estágios da indústria de fundos, desde *Seed Capital*, *Venture Capital*, *Private Equity Early Growth* e *Private Equity* de Infraestrutura.

### Como resultado das Chamadas Públicas, dois compromissos de investimentos foram aprovados em 2024, sendo um para um FIDC Agro e outro para um FIDC de Saneamento.

### Adicionalmente, a Desenvolve SP continua selecionando projetos de Fundos de Crédito (FIDCs) para financiar, sobretudo, setores relacionados ao agronegócio. Esses investimentos serão realizados por meio de um rigoroso processo de seleção e diligência das gestoras, buscando a preservação de capital e retornos financeiros adequados aos riscos.

### Para 2025, a Desenvolve SP pretende ser ativa no mercado de Fundos Estruturados, atuando como um investidor profissional institucional, assim como os principais organismos de fomento mundial. A Desenvolve SP se inspira em modelos de Programas de Investimentos de *Endowments* e *Development Finance Institutions (DFIs*) para construir um portfólio de investimentos diversificado e seguro, que será catalisador de setores vitais e disruptivos para o desenvolvimento econômico do estado de São Paulo e do Brasil.

# PARCERIAS INSTITUCIONAIS

## Chamamento para financiamento de inovação de base tecnológica em estágio pré-operacional e operacional (SPAI), em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia

### Em 2024, a Desenvolve SP, em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, abriu um chamamento público para financiar projetos de inovação de base tecnológica no âmbito do Programa SPAI. A iniciativa visa apoiar empresas que desenvolvem soluções inovadoras e sustentáveis, com destaque para *deeptechs* em áreas como inteligência artificial, *blockchain, nanotecnologia, biotecnologia e robótica.* O chamamento contempla projetos para novos produtos, processos industriais mais sustentáveis e soluções alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Economia de Impacto. Também são incentivadas propostas de GovTechs e CivicTechs voltadas para governos e sociedade civil. Com essa ação, a Desenvolve SP reforça seu compromisso em impulsionar a inovação e o desenvolvimento sustentável no estado.

* + - **SENAI SP**

### Renovação do Termo de Cooperação para conjugação de esforços entre a Desenvolve SP e o Senai-SP, com ampliação da oferta das linhas de crédito. A parceria tem o intuito de promover o desenvolvimento das indústrias do estado de São Paulo, mediante a operacionalização de linhas de crédito da Desenvolve SP, às empresas Beneficiárias participantes de programas coordenados pelo Senai-SP que tem como objetivo aumento de competividade, produtividade e descarbonização, bem como outros projetos de inovação e tecnologia desenvolvidos pela instituição junto com empresas.

* + - **ABIMAQ**

### Renovação do Termo de cooperação com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) com vistas à promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, mediante a disponibilização de linhas de crédito, pela Desenvolve SP, às empresas associadas e seus respectivos clientes e/ou parceiras da Abimaq.

* + - **SINDILOJAS**

### Renovação do Termo de cooperação com o Sindicato do Comércio Varejista e Lojista do Comércio de São Paulo (Sindilojas) com vistas à promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, mediante a disponibilização de linhas de crédito, pela Desenvolve SP, às empresas associadas ao Sindilojas.

# PUBLICIDADE E APOIO A EVENTOS

### Em 2024, a Desenvolve SP consolidou sua atuação como agência de fomento essencial para o desenvolvimento econômico de São Paulo. As ações externas foram acompanhadas pela equipe de Comunicação e Assessoria de Imprensa, que garantiu visibilidade às iniciativas da empresa, reforçando seu compromisso com a democratização do crédito e o crescimento sustentável.

### Jornada de Crédito

### A Desenvolve SP reafirmou seu papel como agente facilitador do crédito ao lançar a Jornada de Crédito, um *road show* que percorreu diversas cidades do interior, litoral e da região metropolitana. As 14 edições do evento aproximaram a empresa dos empreendedores e gestores locais, mostrando como um bom planejamento e um plano de negócios estruturado podem viabilizar o acesso ao crédito com condições favoráveis.

### Apoio ao Agronegócio

### A presença da Desenvolve SP na Agrishow, a maior feira agrícola da América Latina, fortaleceu ainda mais seu reconhecimento como parceira do setor agropecuário. Como parte desse compromisso, foi lançado o Programa Irriga+SP, voltado para pequenos e médios produtores rurais e o FIDC Agro, focado em logística e inovação no setor, tendo os dois programas somados, R$ 250 milhões disponibilizados.

### Feira do Empreendedor

### A Desenvolve SP participou da Feira do Empreendedor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), um dos principais eventos voltados ao fomento dos pequenos negócios no Brasil. Durante o evento, a equipe atendeu aos interessados, apresentou as soluções de crédito da instituição e prestou orientações sobre financiamento, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento econômico do estado de São Paulo.

### E-mail Marketing

### As campanhas de e-mail marketing continuaram sendo uma ferramenta altamente eficaz para atrair e engajar o público. Em 2024, as ações geraram mais de 115 mil acessos ao site da Desenvolve SP, um aumento de 200% em relação ao ano anterior. Desse total, 63 mil acessaram o ambiente de solicitações online, reforçando o e-mail marketing como um canal de tráfego qualificado e de baixo custo.

### Campanha de Divulgação e Performance

### A campanha de comunicação da Desenvolve SP trouxe resultados expressivos tanto em *branding* quanto em performance. O vídeo institucional atingiu 7,3 milhões de visualizações no YouTube, enquanto os conteúdos da campanha registraram 8,6 milhões de impressões no LinkedIn e Instagram. No aspecto de performance, as campanhas de busca se mostraram altamente eficazes, impulsionando um aumento de 40% nos pedidos de financiamento durante os períodos de veiculação. Esses números evidenciam o potencial da Desenvolve SP em expandir sua carteira de crédito e reforçar sua comunicação estratégica voltada aos empreendedores.

### Redes Sociais

### A Desenvolve SP manteve sua estratégia de modernização da comunicação digital, consolidando uma linguagem mais acessível e alinhada às melhores práticas. Como resultado, houve um aumento de 200% no número de impressões orgânicas no Instagram em relação ao ano anterior. Além disso, a empresa estreou no TikTok, adotando uma abordagem leve e autêntica sem perder sua essência institucional. O sucesso da iniciativa foi reconhecido com o prêmio Secom Trends, dentro do Governo.

### Essas iniciativas reforçam o compromisso da Desenvolve SP em ampliar o acesso ao crédito sustentável, fortalecer sua presença digital e contribuir ativamente para o desenvolvimento econômico do estado de São Paulo.

# GESTÃO DE PESSOAS

### A Instituição realizou uma série de ações no ano visando a valorização de seus colaboradores:

### Abertura e Homologação do Concurso 005/2024 com a contratação de 12 analistas e 2 economistas;

### Abertura do Concurso 006/2024, em andamento, para a contratação de 5 cargos técnicos;

### Realização de Pleito, aprovado em dezembro/2024, para a recomposição de 19 vagas do Quadro de Pessoal;

### Investimento de aproximadamente R$ 64 mil em bolsas de estudos para incentivo ao desenvolvimento acadêmico dos colaboradores e R$ 498 mil em treinamentos;

### Contratação de empresa para utilização de plataforma de treinamentos para os empregados;

### Remodelagem do Modelo de Gestão de Desempenho da Desenvolve SP para implantação no ano de 2025;

### Campanha de vacinação contra gripe, com imunização de colaboradores e familiares;

### Celebração do Dia das Crianças com a participação dos filhos de colaboradores.

# INFRAESTRUTURA

* **CONSOLIDAÇÃO DOS CONTRATOS COM A PRODESP E A RENOVAÇÃO DA SINQIA**

### Em 2024, a Desenvolve SP realizou um trabalho na gestão dos contratos com os seus dois principais fornecedores na área de Tecnologia da Informação. A consolidação de vários pequenos contratos com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp) simplificou o relacionamento com a contratada e desonera equipes internas da DSP.

* **CONTRATAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE NO MODELO *AS A SERVICE***

### A Desenvolve SP contratou empresa especializada em gestão de infraestrutura de redes para os próximos 3 anos, no modelo *Infrastructure as a Service* (IaaS), que modernizará a infraestrutura local, trazendo muito mais segurança, disponibilidade e performance para a rede.

# GOVERNANÇA CORPORATIVA

### A Governança Corporativa da Desenvolve SP assegura a condução da organização de forma ética, transparente e alinhada à sua missão. Assim, contribui também para uma gestão mais eficiente e para a credibilidade da instituição perante seus diversos *stakeholders*, como nosso acionista controlador, clientes, parceiros e órgãos reguladores.

### O tema é gerenciado por meio de uma estrutura de governança corporativa que prioriza a descentralização do processo decisório e a tomada de decisão de forma colegiada, com políticas e processos que promovem o cumprimento de requisitos legais e regulatórios, mitigação de riscos e a melhoria contínua. Conselhos e comitês específicos, compostos por profissionais qualificados, desempenham um papel ativo na supervisão e na orientação das operações. Além disso, as auditorias interna e externa, a gestão de riscos e os controles internos reforçam o compromisso com a integridade e a transparência.

### As atividades são conduzidas com base nas melhores práticas de governança corporativa, utilizando, em especial, os seguintes instrumentos: Estatuto Social, Políticas Internas, Manuais de Normas e Procedimentos, páginas de transparência no site da instituição, bem como a intranet.

### Seguem destaques relacionados à Governança Corporativa no exercício de

### 2024:

* **CRIAÇÃO DO COMITÊ DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

### Criado em outubro de 2024, busca garantir uma estrutura robusta de gestão de riscos, controles internos, integridade e conformidade, alinhada às melhores práticas de governança e às normas do Banco Central do Brasil. Promove uma cultura de ética, integridade e transparência, sendo composto por colaboradores da Desenvolve SP, titulares e suplentes, de diversas áreas estratégicas da organização.

* **ADESÃO AO MOVIMENTO TRANSPARÊNCIA 100%**

### Em 2024, a Desenvolve SP assinou a carta compromisso do Movimento Transparência 100%. Com isso, a empresa se comprometeu a avançar, até 2030, em direção as 5 metas abaixo:

### Meta 1 – 100% de transparência das interações com a Administração Pública; Meta 2 – Remuneração 100% íntegra da alta administração;

### Meta 3 – 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade;

### Meta 4 – 100% de transparência da estrutura de *Compliance* e Governança; e Meta 5 – 100% de transparência sobre os canais de denúncias.

### As metas serão escalonadas para o seu cumprimento em cada marcador temporal, sendo que até 2030, todas as metas acima deverão ser alcançadas.

* **AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE MATURIDADE DE GOVERNANÇA CORPORTIVA DAS EMPRESAS E FUNDAÇÕES 2024**

### Em 2024, a Desenvolve SP participou da Avaliação do Nível da Maturidade de Governança Corporativa das Empresas e Fundações – 2024, promovido pela Coordenadoria de Entidades Descentralizadas (CED), no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz) do Estado de São Paulo. Essa avaliação atende ao objetivo estratégico do CED de “conduzir as empresas e fundações a elevar o grau de governança” e teve a participação de 13 empresas e 15 fundações.

### Após o preenchimento de um questionário com 113 questões e envio de evidências, a Desenvolve SP foi classificada no NIVEL II de Maturidade de Governança Corporativa, ficando em terceiro lugar, entre 28 instituições. Para 2025, planos de ação foram traçados, garantindo o processo de melhoria contínua das práticas de governança corporativa da instituição.

* **TRANSPARÊNCIA E AÇÕES DA OUVIDORIA**

### Atualização da Carta de Serviços: Em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.156/2023, foram incluídos novos produtos e serviços, revisadas informações sobre linhas de crédito (como prazos, etapas e documentação necessária) e aprimorados os canais de atendimento;

### Estruturação do Serviço de atendimento ao Consumidor (SAC): Foi estruturado sob a coordenação da Ouvidoria, alinhando-se ao Decreto nº 11.034/2022. O objetivo é garantir conformidade legal, melhorar o atendimento ao público e fortalecer os princípios de transparência, acessibilidade e eficiência nas interações com os usuários;

### Aprimoramento do atendimento com inclusão de serviço de mensagem automática e WhatsApp: Acessível diretamente pelo site da Desenvolve SP, essa funcionalidade proporciona praticidade e agilidade, apresentando as soluções das perguntas mais frequentes (FAQ) e segurança aos usuários, reforçando a eficiência e a credibilidade do atendimento; e

### Atualização do Canal de Denúncias: O endereço foi atualizado em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.157/2023, oferecendo maior acessibilidade e segurança para colaboradores e cidadãos relatarem irregularidades, garantindo confidencialidade e sigilo:

### <https://fala.sp.gov.br/Solicitacao/11/false#identificacaoBox>

### Adesão ao Conselho de Usuários de Serviços Públicos: A fim de incentivar a participação cidadã na avaliação e melhoria dos serviços públicos, foi desenvolvida uma cartilha educativa e criado um espaço no site para orientar os cidadãos sobre o cadastro no Conselho. O próximo passo será o chamamento público, ampliando a participação social e fortalecendo o vínculo entre a Desenvolve SP e a sociedade.

### Envio de Evidências para o Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública (MMOP): Foi iniciado o processo de envio das evidências solicitadas pela Controladoria Geral do Estado (CGE) no contexto do MMOP, em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.156/2023.

### Utilização da Plataforma Fala.BR/SP: A Desenvolve SP passou a utilizar a Plataforma Fala.BR/SP como canal oficial do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). A ferramenta permite o registro e tratamento ágil e seguro de manifestações como pedidos de informações, denúncias e reclamações.

* 1. **CONTROLES INTERNOS, *COMPLIANCE* E GESTÃO DE RISCOS**

### A Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric) é responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, além do gerenciamento de capital, normas e controles internos.

### As políticas de gestão de riscos e de capital foram revisadas e ajustadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, que estabelece conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que estabelece as diretrizes para o gerenciamento integrado de riscos e de capital nas instituições financeiras. As políticas são aprovadas anualmente pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, incorporando diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades em alinhamento às melhores práticas e às exigências regulatórias.

### O processo de revisão reflete a implementação das melhorias exigidas pela norma, incluindo mecanismos robustos de controle interno e monitoramento. As atualizações abrangem a identificação de riscos, ações mitigatórias e controles nos processos, assegurando a conformidade com os padrões regulatórios e a eficiência operacional da Instituição.

### Os planos de ação são monitorados sistematicamente, abrangendo apontamentos das auditorias Interna e Externa, bem como demandas regulatórias. O cumprimento dos prazos e das obrigações normativas é acompanhado diretamente pela alta administração, reforçando a aderência às regulamentações aplicáveis e à governança corporativa.

### A Desenvolve SP opera rigorosamente dentro dos limites operacionais exigidos por Basileia III, confirmando sua solidez e aderência às normas prudenciais do sistema financeiro.

## Declaração de apetite por riscos (RAS)

### A Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da Desenvolve SP foi revisada em 2024, considerando a otimização do uso de capital da instituição e a relação entre risco e retorno em suas operações. Essa revisão foi conduzida a partir de um processo colaborativo, envolvendo amplas discussões entre as áreas estratégicas da organização e fundamentada no Planejamento Estratégico e no Plano Plurianual (PPA) do Governo do Estado de São Paulo, para o período 2024–2027.

### A RAS estabelece os parâmetros que refletem a disposição e a capacidade da Desenvolve SP em assumir riscos, alinhando-os às metas estratégicas e operacionais. Além de definir limites globais e específicos para a execução de estratégias setoriais e de produtos, a RAS também incorpora critérios para priorização de operações e uso eficiente do capital, assegurando um equilíbrio adequado entre risco e retorno.

### A revisão incluiu a análise de cenários prospectivos e de sensibilidade, para assegurar que os limites definidos estejam aderentes às condições de mercado e à estratégia institucional. Com isso, a RAS se posiciona como um instrumento fundamental para a gestão integrada de riscos, orientando a instituição a alocar capital de forma eficiente, sustentável e alinhada ao cumprimento de seus objetivos estratégicos.

### Esse modelo de apetite por riscos reforça o compromisso da Desenvolve SP em equilibrar prudência e ousadia, promovendo a criação de valor para seus stakeholders e a sustentabilidade de longo prazo de suas operações.

# RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

### Mantendo seu compromisso com uma abordagem integrada das dimensões econômica, social, ambiental e climática, em 2024, a Desenvolve SP dedicou-se a fortalecer o alinhamento à agenda global de desenvolvimento sustentável, estabelecendo ações estratégicas que visam contribuir para a transformação do estado de São Paulo e acelerar os impactos positivos em direção às metas dos ODS, definidos pela ONU.

### Dentre as principais ações, destacam-se:

### Elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa e compensação das respectivas emissões com a compra de créditos de carbono;

### Elaboração e divulgação do Relatório Integrado de 2023, em conformidade com as normas da *Global Reporting Initiative* (GRI) versão 2021, e com diretrizes para Relato Integrado (IR), definidas pela IFRS Foundation;

### Renovação da adesão à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU para engajar empresas e organizações na adoção e promoção dos Dez Princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com a renovação da adesão, a Desenvolve SP mantém o compromisso de reportar anualmente sua atuação e progresso em relação aos Dez Princípios;

### Manutenção do Compromisso junto ao Pacto Global da ONU, mais especificamente ao Movimento Conexão Circular, em que a instituição se propôs a zerar sua destinação de resíduos para aterro, até 2030; e

### Desenvolvimento de metodologias e aprimoramento de ferramentas e sistemas internos, que visam identificar e avaliar, bem como mensurar e monitorar os impactos gerados pelos projetos e programas financiados, alinhados às metas dos ODS.

# AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

### Conforme previsto no Estatuto Social, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação dos diretores da Instituição, nos termos do Inciso III, do Artigo 13, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

### Em cumprimento às diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo (Codec), emitidas por meio da Deliberação Codec 04/2019, foi realizada a Avaliação de Desempenho dos Administradores da Desenvolve SP, com a participação de 14 membros, sendo 11 do Conselho de Administração, incluindo o Diretor Presidente, e três da Diretoria, mediante o preenchimento de formulários específicos.

### Foram realizadas avaliações dos colegiados (Diretoria e Conselho de Administração), de forma coletiva, e de seus membros, de forma individualizada (autoavaliação).

### A avaliação abarcou as seguintes dimensões: I - Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa; II - Contribuição para o resultado do exercício; III - Consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no atendimento à Estratégia de Longo Prazo; IV - Funcionamento do Conselho de Administração; V - Conhecimento técnico e da Instituição; VI - Interação da Diretoria com o Conselho de Administração; e VII - Autoavaliação individual.

### O processo foi submetido ao Comitê de Elegibilidade, que avaliou a sua conformidade.

# RESUMO DOS PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2024

### Melhor biênio da história em questão de desembolso, com R$ 2 bilhões em crédito;

### Maior saldo de carteira já atingido, no montante de R$ 2,7 bilhões, 10,4% maior que em 2023.

### Maior desembolso para o Setor Público já realizado, no valor de R$ 691 milhões, 27,5% maior que o desembolso no mesmo período em 2023;

### Implantação da Diretoria de Controle de Riscos (DCR) e do Comitê de Riscos e Controles Internos, com o objetivo de promover a integridade e a robustez da empresa;

### Subscrição de 2 Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), ampliando a capilaridade da Desenvolve SP, em especial no agronegócio paulista;

### Implantação das novas taxas, com foco em municípios vulneráveis e empresas de menor porte;

### Lançamento da Linha Desenvolve Centro, que tem por objetivo apoiar a revitalização do Centro da Cidade de São Paulo;

### Lançamento da Linha Irriga Mais, com o objetivo de impulsionar a agricultura paulista por meio de projetos voltados à irrigação, energia fotovoltaica no ambiente rural e agricultura de precisão;

### Lançamento da Linha Crédito Simplificado com o objetivo de proporcionar maior agilidade na concessão de financiamentos de até R$ 300 mil para micro e pequenas empresas destinados a realização de investimentos;

### Lançamento de linhas de crédito emergenciais, com taxas e prazos especiais para os comerciantes que sofreram prejuízos com o apagão de energia causado pelo temporal e aqueles afetados pelo incêndio no Brás;

### Chamamento para financiamento de inovação de base tecnológica em estágio pré-operacional e operacional (SPAI) em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia;

### Criação do Programa de Radiodifusão, voltado para a modernização de emissoras de rádios e TVs;

### Lançamento do Fundo de Aval para Desenvolvimento da Eficiência Energética (FAEE) por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Logística do Estado (Semil) e do Programa PotencializEE;

### Assinatura de parcerias estratégicas com Abimaq, Sindilojas-SP, e o Senai SP, para operacionalização das linhas de crédito da Desenvolve SP;

### Criação do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), com a implantação de chatbot e WhatsApp, visando aprimorar o atendimento e resolver as questões dos consumidores de maneira ágil e eficaz;

### Otimizações da esteira de crédito, buscando a melhoria na experiência do cliente e redução do tempo de análise;

### Revisão da política de crédito e garantias, com ênfase na melhoria da qualidade da originação;

### Implementação de novas regras e procedimentos para a execução da cobrança judicial e extrajudicial, com o objetivo de aumentar a eficiência na gestão da inadimplência;

### Implementação do sistema de automação de renegociações judiciais e extrajudiciais do Banco do Povo Paulista (BPP);

### Integração com o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), sendo a primeira agência de fomento do país, e mitigação das vulnerabilidades financeiras;

### Desenvolvimento da Resolução CMN 4966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, que dispõe sobre novos conceitos e critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras;

### Realização de Concursos Públicos para o provimento de 38 vagas do quadro de colaboradores da DSP no total;

### Criação do modelo de Gestão de Desempenho (em implantação);

### Elaboração e divulgação do Relatório Anual Integrado 2023, utilizando a nova matriz de materialidade;

### Realização do inventário de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE);

### Parceria com a Invest SP para a elaboração de projetos de energia solar para prefeituras;

### Realização de 14 edições da Jornada de Crédito, na qual micro, pequenos e médios empresários tiveram a oportunidade de conhecer as linhas de crédito;

### Participação na Agrishow no setor da Agrishow Labs e na Feira do Empreendedor 2024;

### Maior atuação nas redes sociais da DSP, com aumento no número de seguidores e de visualizações/ impressões no Instagram e no LinkedIn, além da criação de conta no Tiktok;

### Assinatura da carta compromisso do Movimento Transparência 100%;

### Avaliação do Nível da Maturidade de Governança Corporativa das Empresas e Fundações – 2024, promovido pela CED/Sefaz.

# CONCLUSÃO

### O ano de 2024 foi focado em projetos de transformação que permitirão a Desenvolve SP alcançar um novo patamar operacional nos próximos anos. Os principais destaques ficam a cargo da retomada dos investimentos em FIPs e FIDCs, da mudança nas taxas com foco em municípios vulneráveis e empresas de menor porte e da revisão da política de crédito, cobrança e garantias. Além disso, o lançamento de novas linhas mais conectadas às demandas do público da DSP, tais como, a Desenvolve Centro, as Linhas Emergenciais e a Linha Irriga Mais, tornam a Desenvolve SP um parceiro cada vez mais importante do empreendedor paulista.

### Em termos de desempenho, a Desenvolve SP atingiu R$ 1 bilhão em desembolso no exercício, alcançando seu melhor biênio da história com R$ 2 bilhões em créditos concedidos entre 2023-2024. A agência também alcançou o maior desembolso para o Setor Público da história, com R$ 691 milhões concedidos aos municípios ao longo de ano de 2024, 27,5% maior que o desembolso no ano anterior. No ano, a DSP atendeu 1.408 empresas, com destaque para programas voltados para mulheres empreendedoras, agroindústria e inovação, além de 92 prefeituras, com foco na melhoria da infraestrutura para melhor atender aos munícipes. Por fim, a instituição teve um Lucro Líquido de R$ 186,8 milhões, e alcançou 92,8% das metas corporativas para o ano de 2024.

### O ano de 2025 traz novos desafios e oportunidades para a Desenvolve SP. As diretrizes estratégicas para o ano passam por melhorias na esteira e no nível de serviço ao cliente, pela valorização dos colaboradores através de novas ferramentas de avaliação e treinamento, por uma nova cultura de gestão de riscos, além de maior foco no fortalecimento da marca e no fomento de alto impacto para empreendedores e municípios do estado de São Paulo.

### São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

**RICARDO DIAS DE OLIVEIRA BRITO**

### Diretor Presidente e Diretor de Negócios em exercício

**ANA PAULA TEIXEIRA DE SOUSA**

### Diretora de Controle de Riscos

**KAREN KEMELY MUSSI MHEREB**

### Diretora Financeira e Diretora Administrativa em exercício

Tel.: +55 11 3848 5880 Rua Major Quedinho 90

Fax: + 55 11 3045 7363 Consolação – São Paulo, SP - Brasil

[www.bdo.com.br](http://www.bdo.com.br/) 01050-030

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos

Acionistas e Administradores da

Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nos 3(c.ii) e 6, as demonstrações financeiras incluem provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos no montante de R$ 171.461 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo “AA” para risco mínimo e “H” para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da Desenvolve SP.

Devido a relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa nas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles- chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o entendimento dos procedimentos da Administração para determinar os impactos sobre as perdas esperadas e seus respectivos ajustes. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99 e demais normas CMN e BACEN, bem como sua adequada divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ativo fiscal diferido

Conforme as Notas Explicativas nºs 3(f) e 14(b), foram constituídos ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no montante de R$ 178.229 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Devido à relevância do saldo e a utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, que pode modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição do ativo fiscal diferido, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

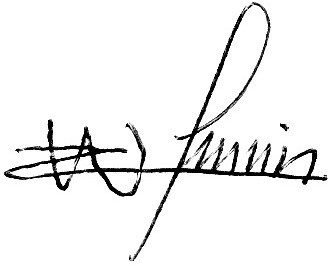
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
* Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
* Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2025.



#### BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/O-1

#### Waldemar Namura Júnior Contador CRC 1 SP 154938/O-0

**Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. Balanço Patrimonial**

**Em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

*(Em milhares de Reais)*

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ATIVO** |  |  | | **PASSIVO** |  |  | |
|  | **Nota**  **explicativa** | **31.12.2024** | **31.12.2023** |  | **Nota**  **explicativa** | **31.12.2024** | **31.12.2023** |
| **DISPONIBILIDADES** | 5 | **72** | **85** | **DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS** |  | **862.310** | **1.177.857** |
| **INSTRUMENTOS FINANCEIROS** |  | **4.266.013** | **4.761.405** | Recursos de Repasse | 10a | 583.851 | 790.655 |
| Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Fin. Derivativos | 6a, 6b e 6c | 1.562.873 | 2.313.838 | Empréstimos no Exterior | 10b | 221.701 | 316.478 |
| Operações de Crédito | 7 | 2.703.140 | 2.447.567 | Instrumentos Financeiros e Derivativos | 6c | - | 10.562 |
| **PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO**  **DE CRÉDITO** |  | **(171.461)** | **(257.536)** | Outros Passivos Financeiros | 10c | 56.758 | 60.162 |
| Operações de Crédito | 7a e 7e | (171.461) | (257.536) | **PROVISÕES** | **16** | **1.811** | **1.727** |
| **ATIVO FISCAL DIFERIDO** | 15b | **178.229** | **190.556** | **OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS** | **11** | **31.338** | **124.421** |
| **OUTROS ATIVOS** |  | **49.123** | **47.683** | **OUTROS PASSIVOS** | 12 | **63.529** | **66.474** |
| Outros Valores e Bens | 8a | 41.027 | 40.637 |  |  |  |  |
| Outros Créditos | 8b | 8.096 | 7.046 |  |  |  |  |
| **IMOBILIZADO DE USO** | 9a | **34.335** | **34.017** |  |  |  |  |
| **INTANGÍVEL** | 9b | **9.870** | **9.870** | **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **13** | **3.394.688** | **3.403.559** |
| **DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO** |  | **(10.136)** | **(8.450)** | Capital |  | 3.156.476 | 3.156.476 |
| Imobilizado |  | (5.317) | (4.791) | Capital De Domiciliados no País |  | 3.156.476 | 3.156.476 |
| Intangível |  | (4.820) | (3.659) |  |  |  |  |
| **PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS** | 8a e 9a | **(2.367)** | **(3.592)** | Reservas de lucros |  | 238.212 | 247.083 |
| **TOTAL DO ATIVO** |  | **4.353.676** | **4.774.038** | **TOTAL DO PASSIVO** |  | **4.353.676** | **4.774.038** |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | | | | |

44

*(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado líquido por ação)*

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Nota** | **2º Sem/2024** | **31.12.2024** | **31.12.2023** |
| **RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** |  | **297.514** | **581.667** | **640.715** |
| Operações de crédito | 7b | 200.714 | 377.431 | 359.466 |
| Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio | 14a | 90.989 | 186.656 | 299.517 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | 6c | 5.811 | 17.580 | (18.268) |
| **DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** |  | **(101.621)** | **(225.132)** | **(286.140)** |
| Operações de empréstimos, cessões e repasses | 14b | (49.753) | (112.919) | (126.867) |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 7f | (51.868) | (112.213) | (159.273) |
|  |  |  |  |  |
| **RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** |  | **195.893** | **356.535** | **354.575** |
|  |  |  |  |  |
| **OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS** |  | **(53.558)** | **(97.109)** | **(59.643)** |
| Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias | 14c | 33.775 | 60.664 | 70.340 |
| Despesas de pessoal | 14d | (33.611) | (64.705) | (54.204) |
| Outras despesas administrativas | 14e | (42.410) | (76.175) | (61.660) |
| Despesas tributárias | 14f | (14.518) | (27.809) | (30.456) |
| Outras receitas operacionais | 14g | 14.362 | 23.314 | 18.931 |
| Outras despesas operacionais | 14h | (11.156) | (12.398) | (2.594) |
|  |  |  |  |  |
| **DESPESAS DE PROVISÕES** |  | **1.048** | **(348)** | **167** |
| Trabalhista |  | 1.114 | (322) | 5 |
| Outras |  | (66) | (26) | 162 |
|  |  |  |  |  |
| **RESULTADO OPERACIONAL** |  | **143.383** | **259.078** | **295.099** |
|  |  |  |  |  |
| **RESULTADO NÃO OPERACIONAL** |  | **(307)** | **(297)** | **(913)** |
|  |  |  |  |  |
| **RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES** |  | **143.076** | **258.781** | **294.186** |
|  |  |  |  |  |
| **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** | 15 | **(36.250) (67.227) (77.105)** | | |
| Imposto de renda e CSLL corrente |  | (14.975) | (54.837) | (153.442) |
| Imposto de renda e CSLL diferido |  | (21.275) | (12.390) | 76.337 |
|  |  |  |  |  |
| **PARTICIPAÇÃO NO LUCRO** |  | **(3.106)** | **(4.775)** | **(4.745)** |
|  |  |  |  |  |
| **RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO** |  | **103.720** | **186.779** | **212.336** |
| **N.º DE AÇÕES** |  | **2.728.177.414** | **2.728.177.414** | **2.728.177.414** |
| **RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO NO SEMESTRE/ EXERCÍCIO** |  | **0,03802** | **0,06846** | **0,07783** |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| *(Em milhares de Reais)* |  | | |
|  | **2º Sem/2024** | **31.12.2024** | **31.12.2023** |
| **Lucro Líquido do semestre / exercício** | **103.720** | **186.779** | **212.336** |
|  |  |  |  |
| **Outros Resultados abrangentes** | **-** | **-** | **-** |
|  |  |  |  |
| **Resultado Abrangente do semestre / exercício** | **103.720** | **186.779** | **212.336** |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. |  |  |  |

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

*(Em milhares de Reais)*

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Capital**  **realizado** | **Aumento de**  **Capital** | **Reservas de**  **lucros** | | **Lucros**  **acumulados** | **Total** |
|  |  |  | **Legal** | **Especial de**  **lucro** |  | **Total** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldos em 01/07/2024** | 3.156.476 | - | 50.771 | 108.355 | - | 3.315.602 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Resultado líquido do semestre** | - | - | - | - | 103.720 | 103.720 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Destinações:** |  |  |  |  |  |  |
| **Reservas** | - | - | 5.186 | 42.711 | (47.897) | - |
| **Dividendo mínimo obrigatório - JCP** | - | - | - | - | (24.634) | (24.634) |
| **Juros sobre o capital próprio adicionais propostos** | - | - | - | 31.189 | (31.189) | - |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldos em 31/12/2024** | **3.156.476** | **-** | **55.957** | **182.255** | **-** | **3.394.688** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Mutações do Semestre** | **-** | **-** | **5.186** | **73.900** | **-** | **79.086** |
|  |  |  |  |  |  | |
| **Saldos em 01/01/2024** | 3.156.476 | - | 46.618 | 200.465 | - | 3.403.559 |
|  |  |  |  |  |  | |
| **Juros sobre o capital próprio exercício anterior** | - | - | - | (64.662) | - | (64.662) |
|  |  |  |  |  |  | |
| **Dividendos exercício anterior** | - | - | - | (86.628) | - | (86.628) |
|  |  |  |  |  |  | |
| **Resultado líquido do exercício** | - | - | - | - | 186.779 | 186.779 |
|  |  |  |  |  |  | |
| **Destinações:** |  |  |  |  |  |  |
| **Reservas** | - | - | 9.339 | 76.059 | (85.398) | - |
| **Dividendo mínimo obrigatório - JCP** | - | - | - | - | (44.360) | (44.360) |
| **Juros sobre o capital próprio - Dividendos adicionais propostos** | - | - | - | 57.021 | (57.021) | - |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldos em 31/12/2024** | **3.156.476** | **-** | **55.957** | **182.255** | **-** | **3.394.688** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Mutações do exercício** | **-** | **-** | **9.339** | **(18.210)** | **-** | **(8.871)** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldos em 01/01/2023** | 2.156.476 | 1.000.000 | 36.000 | 193.587 | - | 3.386.063 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Aumento de Capital** | 1.000.000 | (1.000.000) | - | - | - - | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Juros sobre o capital próprio exercício anterior** | - | **-** | - | (62.148) | - | (62.148) |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Dividendos exercício anterior** |  |  |  | (82.263) | - | (82.263) |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Resultado líquido do exercício** | - | **-** | - | - | 212.336 | 212.336 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Destinações:** |  |  |  |  |  | |
| **Reservas** | - | **-** | 10.618 | 86.627 | (97.245) | - |
| **Dividendo mínimo obrigatório - JCP** |  |  |  |  | (50.429) | (50.429) |
| **Juros sobre o capital próprio - Dividendos adicionais propostos** | - | **-** | - | 64.662 | (64.662) | - |
|  |  |  |  |  |  | |
| **Saldos em 31/12/2023** | **3.156.476** | **-** | **46.618** | **200.465** | **-** | **3.403.559** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Mutações do exercício** | **1.000.000** | **(1.000.000)** | **10.618** | **6.878** | **-** | **17.496** |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | |  | |  |  | |

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**

**Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

*(Em milhares de Reais)*

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Nota explicativa** | **2º Sem/2024** | **31.12.2024** | **31.12.2023** |
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | |  |  |  |
| **Resultado antes da tributação s/ lucro e participações** |  | **143.076** | **258.781** | **294.186** |
|  | |  |  |  |
| **Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações** |  | **51.617** | **127.811** | **168.843** |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 7f | 51.868 | 112.213 | 159.273 |
| Depreciação e amortização | 14e | 834 | 1.688 | 908 |
| Provisão para desvalorização de títulos livres | 14a | 1.188 | 14.787 | 6.456 |
| Constituição de perdas por impairment de ativos |  | (1.225) | (1.225) | 2.373 |
| Provisão para passivos contingentes | | (1.048) | 348 | (167) |
|  |  |  |  |  |
| **Resultado do semestre/exercício ajustado antes dos impostos e participações** | | **194.693** | **386.592** | **463.029** |
|  |  |  |  |  |
| **Variação ativo/passivo** | | **(204.115)** | **(159.086)** | **(419.906)** |
| (Aumento)/redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos | 6a | 269.361 | 767.000 | 241.565 |
| (Aumento)/redução operações de crédito | 7e e 7f | (325.926) | (453.861) | (321.980) |
| (Aumento)/redução créditos tributários | 15b | 21.245 | 12.327 | (76.446) |
| (Aumento)/redução outros créditos | 8b | (776) | (1.049) | (176) |
| (Aumento)/redução outros valores e bens | 8a | (179) | (391) | 774 |
| Aumento/(redução) depósitos e outros instrumento financeiros | | (3.307) | (13.966) | 16.352 |
| Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses | 10a e 10b | (118.359) | (301.581) | (236.540) |
| Aumento/(redução) outras obrigações | | (28.231) | (19.026) | 82.066 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos |  | (17.943) | (148.539) | (125.521) |
|  | |  |  |  |
| **Caixa líquido (aplicado)/ proveniente nas atividades operacionais** |  | **(9.422)** | **227.506** | **43.123** |
|  | |  |  |  |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** |  |  |  |  |
| Aquisição de imobilizado de uso | | (245) | (325) | (168) |
| Baixa do imobilizado |  | - | 7 | - |
|  | |  |  |  |
| **Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos** |  | **(245)** | **(318)** | **(168)** |
|  | |  |  |  |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** |  |  |  |  |
| Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior | | - | (94.476) | (62.148) |
| Dividendos pagos exercício anterior |  | - | (86.628) | (82.263) |
| Juros sobre o capital próprio pagos | | (10.313) | (15.275) | (51.866) |
| Aumento de capital |  | - | - | - |
|  | |  |  |  |
| **Caixa líquido (aplicado) das atividades de financiamento** |  | **(10.313)** | **(196.379)** | **(196.277)** |
|  | |  |  |  |
| **Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa** |  | **(19.980)** | **30.809** | **(153.322)** |
|  | |  |  |  |
| **Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa** |  |  |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercício | 5 | 102.822 | 52.033 | 205.355 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre e exercício | 5 | 82.842 | 82.842 | 52.033 |
| **Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa** |  | **(19.980)** | **30.809** | **(153.322)** |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | |

###### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - Contexto operacional

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição” ou Desenvolve SP) é uma Instituição Financeira de capital fechado, com sede na Rua da Consolação, 371, Centro, São Paulo – SP, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Constitui objeto da Instituição a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la, e demais normas que regulam as Agências de Fomento, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo, através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

1. Fundos governamentais;
2. Orçamento estadual;
3. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

1. Uso de julgamento

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em 7 de março de 2025, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Normas e leis que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025

Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas e lei possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2024 e ainda não foram adotadas pela Desenvolve SP:

1. Resolução CMN Nº 4.966, de 25 de novembro de 2021 e Resolução BCB Nº 352, de 23 de novembro de 2023:

Com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estas resoluções estabelecem novos conceitos e critérios contábeis, a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para:

* 1. Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
  2. Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros e Ativos Problemáticos;
  3. Designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e
  4. Evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos novos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº4.966/21, serão registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

* + 1. Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros:

Por ser uma agência de fomento, a Desenvolve SP estava dispensada da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, que estabelece a classificação de títulos e valores mobiliários nas seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, com ajuste ao valor de marcado para as duas primeiras categorias.

Com a nova regulamentação, a classificação de Ativos Financeiros ocorrerá pelo modelo de negócios, que define a forma como os instrumentos financeiros são gerenciados pela Instituição, com vistas a atingir seus objetivos econômicos de curto, médio e longo prazo, bem como pelas características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar especificamente se atendem ao critério de “somente principal e juros” (SPPJ).

Com base nesses critérios, os ativos serão classificados como i) custo amortizado (CA), ii) valor justo no resultado (VJR) ou iii) valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA). A Resolução CMN nº 4.966/2021 prevê outras possibilidades de designação de um instrumento ao valor justo sob determinadas condições.

Conforme descrito no contexto operacional, para promover o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, a Desenvolve SP atua mediante a concessão de operações de crédito, incluindo financiamento de capital fixo e de giro, com recursos próprios ou de terceiros, além de quaisquer outras operações ou atividades inerentes a uma agência de fomento. Foram realizadas análises dessas carteiras, com o objetivo de identificar os modelos de negócios existentes e as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos financeiros, onde:

* + - * Operações de Crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito deverão ser classificados substancialmente a custo amortizado, exceto aqueles em que as características dos fluxos de caixa indicarem que existam outros componentes relevantes além de principal e juros, que deverão ser classificados a valor justo;
      * Cotas de fundo de investimentos deverão ser classificadas como valor justo no resultado, se as características de seus fluxos indicarem a existência de outros componentes relevantes além de principal e juros;
      * Cotas de fundo de investimento em participações, designadas inicialmente como valor justo em outros resultados abrangentes, deverão ser avaliados pelo valor justo, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida adequada na conta de outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
      * Passivos financeiros relacionados a compromissos de créditos e créditos a liberar, empréstimos e captações, serão classificados ao custo amortizado.

O impacto estimado relativo à aplicação dos novos critérios de classificação de instrumentos financeiros (Letras Financeira do Tesouro), que passaram a ser mensurados pelo valor justo em outros resultados abrangentes, foi de R$ 2,3 milhões, que representa R$ 1,28 milhão em seu patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários.

Esse montante será reconhecido contabilmente quando da adoção do normativo, em 1º de janeiro de 2025, em contrapartida às contas dos respectivos ativos financeiros.

* + 1. Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:
* Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros

Atualmente, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa é baseada nos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, de “AA” (sem risco) a “H” (com 100% de provisão).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.966/2021, as operações serão classificadas em carteiras entre “C1” (menor risco) e “C5” (maior risco) e com ou sem características de ativo problemático. A constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ocorrerá com base em percentuais mínimos estabelecidos pela regulamentação, considerando o tempo de atraso, a classificação desses ativos financeiros por tipo de modalidade e garantia, sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito passará a ter 3 componentes:

* Provisão para perda incorrida: para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias);
* Provisão adicional: provisão para ativos não inadimplidos;
* Provisão para perda esperada: perda estimada de acordo com os modelos internos da instituição.

A instituição deverá constituir a provisão com base no maior valor entre: (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada simplificada.

Diferente da regra vigente até 31 de dezembro de 2024, o modelo de avaliação para constituição de perdas esperadas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros, deverá considerar um escopo de aplicação mais amplo do que o atual modelo utilizado, abrangendo as exposições a garantias financeiras prestadas e demais exposições ao risco de crédito, registradas em contas contábeis de controle.

* Adoção da nova regra de ativos problemáticos

O instrumento financeiro será caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático), quando:

* + Houver atraso superior a 90 dias no pagamento;
  + Reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação;
  + Houver indicativos de que a obrigação não será honrada nas condições pactuadas, sem recorrer a garantias ou colaterais.

Uma vez que uma operação seja marcada como ativo problemático, as demais operações da mesma contraparte, incluindo as demais contrapartes conectadas, também serão marcadas como ativos problemáticos.

A marcação de ativo problemático poderá ser revista quando o ativo estiver performando no pagamento de principal e juros (Cura) e:

* + Existir um período sustentado de execução do pagamento por parte do cliente; e
  + Existir amortização relevante do saldo devedor do cliente.

A Desenvolve SP não deverá reconhecer, no resultado do período, receita de juros ou de qualquer natureza ainda não recebida, relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Por fim, a Desenvolve SP irá reconhecer os juros das operações da faixa entre 60 e 90 dias de atraso, não caracterizadas como ativo problemático, levando em consideração a data-base 31 de dezembro de 2024.

O impacto estimado do reconhecimento dos juros das operações vencidas entre 60 e 90 dias de atraso, foi de aproximadamente R$ 84 mil, que representa R$ 46 mil em seu patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários.

Esse montante será reconhecido contabilmente quando da adoção do normativo, em 1º de janeiro de 2025, em contrapartida às contas dos respectivos ativos financeiros.

* Metodologia para Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito – Metodologia Simplificada

A Desenvolve SP, por pertencer ao Segmento S4, utilizará a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas esperadas. Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição.

O Banco Central do Brasil emitiu regras específicas para o modelo simplificado de apuração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que estabelecem os conceitos e os critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, para a caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e de ativos reestruturados.

Para o cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o modelo simplificado prevê os seguintes componentes:

* + Provisão para perdas incorridas – Ativos inadimplidos

O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o número de meses de atraso a partir da data do inadimplemento e a classificação da carteira (C1 a C5). O nível de provisão aumenta à medida que o atraso aumenta. A provisão para perdas incorridas será estimada considerando:

* + - Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), com base na carteira e no atraso no cumprimento do pagamento de principal e juros pela contraparte; e
    - No caso de ativos financeiros cuja contraparte seja pessoa jurídica em processo falimentar, a provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito deverá corresponder, a partir da data da decretação da falência, a 100% (cem por cento) do valor contábil bruto do ativo.
  + Provisão adicional:

Conforme a regulamentação vigente, a Instituição também deverá constituir complementarmente à provisão para perdas incorridas, provisão adicional, com percentuais que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira (C1 a C5) e a caracterização de ativo problemático, conforme segue:

* + - Ativos financeiros não caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito;
    - Ativos financeiros caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito, não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); e
    - Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias).
  + Provisão para perda esperada:

O cálculo de provisão de perda esperada é realizado através de modelo próprio da Instituição, com base em critérios consistentes e verificáveis, utilizando informações internas e externas, com técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, bem como com o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio.

* + Total da provisão associada a perda de crédito:

O montante total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve corresponder, no máximo, a 100% do valor contábil bruto da operação e deverá considerar o maior valor entre (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada.

Com base nos modelos adotados, foi estimado um incremento de provisão de aproximadamente R$ 33,26 milhões, o que corresponde um efeito de (R$ 18,3 milhões) em seu patrimônio líquido, líquido de efeito tributário, decorrente da adoção da nova metodologia para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Os efeitos do referido impacto serão registrados em 1º de janeiro de 2025, em contrapartida às contas redutoras dos ativos “Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito” relativamente à perda esperada para os ativos financeiros. Para os demais riscos e exposições, o registro será na rubrica “provisões”.

* + 1. Evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros

Os requerimentos de evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros serão atendidos integralmente, quando aplicáveis, nas demonstrações financeiras subsequentes a 31 de dezembro de 2024.

As rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), serão atualizadas para atender aos requerimentos de evidenciação, conforme normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil.

A seguir, apresentamos quadro resumo dos ajustes descritos decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e da Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023 e o respetivo efeito no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Instrumento Valor**  **Financeiro Descrição do ajuste contábil em** | **Valor novo critério** | **Ajuste** | **Efeito PL** |
| Letras Financeiras Aplicação do novo critério de 1.193.908 | 1.196.237 | 2.328 | 1.280 |
| Operações de Reconhecimento dos juros das  crédito operações vencidas entre 60 e 90 dias 10.818 | 10.902 | 84 | 46 |
| Provisão para Nova metodologia para Apuração da  Perdas Esperadas Provisão para Perdas Esperadas (171.461) | (204.721) | (33.260) | (18.293) |

**31.12.2024**

do Tesouro mensuração em VJORA

(Stop Accrual)

Associadas ao Risco de Crédito

Associadas ao Risco de Crédito

**Efeito total no Patrimônio Líquido, líquido de efeitos tributários (16.967)**

1. Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022

A Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, estabelece o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos pelas instituições financeiras.

A partir de 1º de janeiro de 2025, essas instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas em operações inadimplidas e em operações com pessoas jurídicas em processo falimentar ou de recuperação judicial. A lei define critérios específicos para a dedução dessas perdas, incluindo a aplicação de fatores de ajuste, baseados no tempo de inadimplência e na natureza das garantias associadas aos créditos.

A realização dos créditos tributários provenientes das diferenças temporárias de provisões indedutíveis, demonstrada na nota explicativa nº 15b, ocorrerá quando esses créditos atingirem atraso acima de 90 dias e quando houver a reversão das referidas provisões, dado que os critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicáveis as instituições financeiras e utilizados anteriormente para mensurar a realização desses créditos, serão revogados a partir de 1º de janeiro de 2025, data que a Lei 14.467/2022 entra em vigor.

Adicionalmente, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

4 - Principais práticas contábeis

1. Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento (Resolução CMN nº 2.682/1999 art.9º).

1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

1. Instrumentos financeiros
   1. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

De acordo com a Circular BACEN nº. 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. A Desenvolve SP utiliza os instrumentos financeiros derivativos somente para proteção de posição própria.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

* + 1. - Hedge de risco de mercado; e
    2. - Hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

* + - 1. Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre; e
      2. Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.
  1. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
* Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso superior a 59 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

* Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA – H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida Resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682/1999.

* Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

1. Outros Valores e Bens

Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo menos despesas de venda; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

1. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 9. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

1. Tributos correntes e diferidos

|  |  |
| --- | --- |
| Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir: |  |
| **Tributo** | **Alíquota** |
| Imposto de Renda – IRPJ (15% + Adicional de 10% ao que exceder R$ 240/ano) | 25% |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL | 20% |
| Programa de Integração Social – PIS | 0,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS | 4% |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN | Até 5% |

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R$ 240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Instituição optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 15b.

1. Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras, calculados “pró-rata” dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

1. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

* Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
* Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
* Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

1. Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

1. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa nº 29.

1. Benefícios a empregados

A Instituição não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

1. Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostas por:

* Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras, e
* Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data- base das demonstrações financeiras.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **5 - Caixa e equivalentes de caixa** |  | |
|  | **31.12.2024** | **31.12.2023** |
| Disponibilidades | 72 | 85 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Cotas de Fundo de Renda Fixa (nota explicativa nº 6) | 82.770 | 51.948 |
| **Total de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **82.842** | **52.033** |

1. - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
   1. Composição da carteira – títulos e valores mobiliários

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | **31.12.2024** |  |  | **31.12.2023** | |
|  | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** |
| Letras Financeiras do Tesouro – LFT | 135.568 | 1.193.909 | 1.329.477 | - | 2.120.179 | 2.120.179 |

Participações – FIP (nota 6b) (1)

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Cotas de Fundos de Investimento em 107.580 | - | 107.580 | - | 103.167 | 103.167 |
| Cotas de Fundo de Renda Fixa 82.770 | - | 82.770 | 51.948 | - | 51.948 |
| Letras do Tesouro Nacional – LTN 49.504 | - | 49.504 | - | 43.819 | 43.819 |
| Cotas de Fundos Garantidores de Op. de - | 6.915 | 6.915 | - | 6.712 | 6.712 |
| (-) Provisões para desvalorizações (26.649) | (124) | (26.773) | - | (11.987) | (11.987) |

Crédito

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Instrumentos Financeiros Derivativos  (Swap vide Nota 6c) | 9.989 | 3.411 | 13.400 | - | - | - |
| **Total** | **358.762** | **1.204.111** | **1.562.873** | **51.948** | **2.261.890** | **2.313.838** |

As cotas do Fundo de Renda Fixa, aplicadas no BB FEFI CP AUTOM FIC, BB RF CP AUTOMÁTICO e BB RF REF DI TP FI, Cotas de Fundos de Investimento em Participações, Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional são custodiadas e administradas pelo Banco do Brasil S.A.

(1) Os Fundos de Investimentos em Participações – FIP tiveram suas datas de encerramento prorrogadas de dez/23 para dez/25 conforme deliberações em Assembleias.

* 1. Cotas de fundos de investimento em participações

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2024 e 2023

**(Em Milhares de Reais)**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2024 31.12.2023** | | | | | | | | |
| **Fundo** | **Capital**  **subscrito** | **Capital**  **integralizado** | **Valor contábil** | **Provisão para**  **desvalorização** | **Capital**  **subscrito** | **Capital**  **integralizado** | **Valor contábil** | **Provisão para**  **desvalorização** |
| Inovação Paulista | 25.000 | 22.229 | 56.864 | (1.001) | 25.000 | 22.229 | 51.905 | - |

Finhealth I (BBI Financial I) 10.000 10.000 45.706 (24.238) 10.000 10.000 45.706 (10.726)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Aeroespacial | 15.000 | 5.010 | 5.010 | (1.410) | 15.000 | 5.556 | 5.556 | (1.261) |
| **Total** | **50.000** | **37.239** | **107.580** | **(26.649)** | **50.000** | **37.785** | **103.167** | **(11.987)** |

Administradores dos Fundos: Lions Trust Administradora de Recursos Ltda. (Inovação Paulista e FinHealth) e Portcapital Gestora de Recursos Ltda. (Aeroespacial).

59

* 1. Instrumentos Financeiros Derivativos

A Instituição, visando mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada junto à International Finance Corporation (IFC), se utiliza de instrumento financeiro derivativo na modalidade *swap*, registrado em contas patrimoniais e de compensação.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna.

A Desenvolve SP adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN nº. 3.082, de 30 de janeiro de 2002, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de *hedge* são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

**31.12.2024 31.12.2023**

**Swap - ativo Valor Referencial**

**(Conta de Compensação)**

**Valor a Pagar/**

**Receber (Conta Patrimonial)**

**Efeito líquido**

**(Conta de Resultado)(2)**

**Valor a Pagar/**

**Receber (Conta Patrimonial)**

**Efeito líquido**

**(Conta de Resultado)**

(US$+SOFR+taxa)(1) x (R$+%CDI)

158.205

13.400

17.580

(10.562)

(18.268)

(1) até 30 de junho de 2023 a taxa era Libor 6M + taxa, a partir de julho de 2023 a Libor foi substituída pela SOFR + 2,87826% aa

(2) o resultado no 2º semestre de 2024 foi de R$ 5.811.

O vencimento da captação (objeto de *hedge*) e do derivativo (instrumento de *hedge*) estão a seguir demonstrados:

**31.12.2024 31.12.2023**

**0-30 31-180 181-360 Acima de 360 Total Total**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Objeto | - | 34.048 | 31.772 | 29.779 | **95.599** | **126.741** |
| Instrumento | - | 4.584 | 5.405 | 3.411 | **13.400** | **(10.562)** |

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de *hedge*:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | | **31.12.2024** |  |  | **31.12.2023** |
| **Valor** | **Valor da** | **Ajuste a** | **Valor de** | **Valor da** | **Ajuste a** | **Valor de** |
| **referencial** | **Curva** | **Mercado** | **Mercado** | **Curva** | **Mercado** | **Mercado** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Objeto | **158.205** | 94.638 | 961 | **95.599** | 124.181 | 2.560 | **126.741** |
| Instrumento | **158.205** | 12.439 | 961 | **13.400** | (13.122) | 2.560 | **(10.562)** |

1. – Operações de crédito
   1. Carteira por modalidade

**31.12.2024 31.12.2023**

**Circulante Não circulante**

Empréstimos 276.448 379.274 655.722 348.877 604.972 953.849

**Total Circulante Não circulante**

**Total**

Financiamentos 214.524 780.903 995.427 196.551 632.312 828.863

Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento

203.245

848.746 1.051.991

94.454

570.401

664.855

**Total da Carteira de Crédito 694.217 2.008.923 2.703.140 639.882 1.807.685 2.447.567**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Provisão para perdas esperadas  associadas ao risco de crédito | (69.929) | (101.532) | (171.461) | (100.155) | (157.381) | (257.536) |
| **Total da Carteira de Crédito**  **Líquido de Provisões** | **624.288** | **1.907.391** | **2.531.679** | **539.727** | **1.650.304** | **2.190.031** |

* 1. Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2º sem/2024** | **31.12.2024** | **31.12.2023** |
| Empréstimos | 55.635 | 117.243 | 158.159 |
| Financiamentos | 58.966 | 111.325 | 130.767 |
| Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento | 81.218 | 141.396 | 62.946 |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo | 4.895 | 7.467 | 7.594 |
| **Total** | **200.714** | **377.431** | **359.466** |

* 1. Carteira por setor de atividade econômica

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.2024** | **Participação** | **31.12.2023** | **Participação** |
| **Setor Público** | **1.353.344** | **50%** | **794.087** | **32%** |
| Administração Direta | 1.353.344 | 50% | 794.087 | 32% |
| **Setor Privado** | **1.349.796** | **50%** | **1.653.480** | **68%** |
| Outros serviços | 703.266 | 26% | 873.201 | 36% |
| Comércio | 352.932 | 13% | 436.251 | 18% |
| Indústria | 287.778 | 11% | 336.205 | 14% |
| Rural | 5.729 | - | 7.687 | - |
| Pessoas Físicas | 91 | - | 136 | - |
| **Total** | **2.703.140** | **100%** | **2.447.567** | **100%** |

* 1. Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2024 e 2023

**(Em Milhares de Reais)**

**Operações em Curso Normal 31.12.2024 31.12.2023**

**AA A B C D E F G H Total da Carteira Total da Carteira**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Parcelas Vincendas** | **1.351.662** | **298.071** | **324.880** | **455.069** | **67.647** | **24.604** | **16.832** | **8.247** | **34.994** | **2.582.006** | **2.221.685** |
| 01 a 30 | 32.667 | 7.772 | 10.288 | 15.855 | 2.271 | 1.194 | 585 | 412 | 1.068 | **72.112** | **54.680** |
| 31 a 60 | 23.389 | 6.601 | 8.215 | 12.568 | 1.939 | 1.058 | 488 | 372 | 902 | **55.532** | **44.740** |
| 61 a 90 | 21.948 | 6.541 | 7.830 | 12.169 | 1.944 | 1.076 | 485 | 384 | 900 | **53.277** | **42.695** |
| 91 a 180 | 64.054 | 20.033 | 24.043 | 35.594 | 5.320 | 3.121 | 1.310 | 947 | 2.609 | **157.031** | **121.623** |
| 181 a 360 | 128.662 | 36.904 | 45.508 | 64.582 | 9.011 | 4.898 | 1.932 | 1.809 | 5.135 | **298.441** | **269.433** |
| Acima de 360 | 1.080.942 | 220.220 | 228.996 | 314.301 | 47.162 | 13.257 | 12.032 | 4.323 | 24.380 | **1.945.613** | **1.688.514** |
| **Parcelas Vencidas** | **-** | **221** | **755** | **1.878** | **293** | **928** | **52** | **7** | **490** | **4.624** | **6.016** |
| 01 a 30 | - | 221 | 610 | 1.531 | 259 | 578 | 52 | 7 | 393 | **3.651** | **4.634** |
| 31 a 60 | - | - | 145 | 347 | 34 | 350 | - | - | 97 | **973** | **1.382** |
| **Subtotal** | **1.351.662** | **298.292** | **325.635** | **456.947** | **67.940** | **25.532** | **16.884** | **8.254** | **35.484** | **2.586.630** | **2.227.701** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Operações em Curso** | **Anormal (a)** |  |  |  |  |  |  |  |  | **31.12.2024** | **31.12.2023** |
| **AA** |  | **A** | **B** | **C** | **D** | **E** | **F** | **G** | **H** | **Total da Carteira** | **Total da Carteira** |
| **Parcelas Vincendas** | **-** | **-** | **-** | **7.259** | **6.310** | **8.695** | **3.935** | **9.435** | **55.673** | **91.307** | **171.420** |
| 01 a 30 | **-** | **-** | **-** | 178 | 156 | 237 | 99 | 224 | 1.550 | **2.444** | **4.972** |
| 31 a 60 | **-** | **-** | **-** | 158 | 157 | 237 | 98 | 225 | 1.547 | **2.422** | **4.995** |
| 61 a 90 | **-** | **-** | **-** | 158 | 157 | 237 | 98 | 224 | 1.546 | **2.420** | **4.206** |
| 91 a 180 | **-** | **-** | **-** | 483 | 476 | 704 | 295 | 650 | 4.491 | **7.099** | **12.818** |
| 181 a 360 | **-** | **-** | **-** | 1.008 | 948 | 1.378 | 582 | 1.072 | 8.625 | **13.613** | **25.261** |
| Acima de 360 | **-** | **-** | **-** | 5.274 | 4.416 | 5.902 | 2.763 | 7.040 | 37.914 | **63.309** | **119.168** |
| **Parcelas Vencidas** | **-** | **-** | **-** | **921** | **845** | **1.847** | **887** | **2.229** | **18.474** | **25.203** | **48.446** |
| 01 a 30 | **-** | **-** | **-** | 238 | 183 | 248 | 94 | 224 | 1.550 | **2.537** | **5.041** |
| 31 a 60 | **-** | **-** | **-** | 269 | 208 | 268 | 100 | 215 | 1.570 | **2.630** | **5.092** |
| 61 a 90 | **-** | **-** | **-** | 315 | 210 | 263 | 108 | 218 | 1.584 | **2.698** | **5.028** |
| 91 a 180 | **-** | **-** | **-** | 99 | 244 | 610 | 259 | 582 | 4.663 | **6.457** | **15.213** |
| 181 a 360 | **-** | **-** | **-** | - | - | 458 | 326 | 990 | 6.692 | **8.466** | **14.249** |
| Acima de 360 | **-** | **-** | **-** | **-** | - | - | - | - | 2.415 | **2.415** | **3.823** |
| **Subtotal** | **-** | **-** | **-** | **8.180** | **7.155** | **10.542** | **4.822** | **11.664** | **74.147** | **116.510** | **219.866** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Total** | **1.351.662** | **298.292** | **325.635** | **465.127** | **75.095** | **36.074** | **21.706** | **19.918** | **109.631** | **2.703.140** | **2.447.567** |

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

62

* 1. Constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

**31.12.2024 31.12.2023**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Nível de Risco Provisão %** | **Valor das**  **Operações** | **Provisão** | **Valor das**  **Operações** | **Provisão** |
| AA | - | 1.351.664 | - | 796.770 | - |
| A | 0,5 | 298.292 | (1.491) | 314.723 | (1.574) |
| B | 1,0 | 325.634 | ( 3.256) | 373.638 | ( 3.736) |
| C | 3,0 | 465.126 | (13.954) | 561.350 | (16.841) |
| D | 10,0 | 75.093 | (7.509) | 97.894 | (9.789) |
| E | 30,0 | 36.075 | (10.823) | 60.444 | (18.133) |
| F | 50,0 | 21.705 | (10.852) | 44.158 | (22.079) |
| G | 70,0 | 19.918 | (13.943) | 44.020 | (30.814) |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| H | 100,0 | 109.633 | (109.633) | 154.570 | (154.570) |
| **Total** | **2.703.140** | | **(171.461)** | **2.447.567** | **(257.536)** |

* 1. Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

**2º sem/2024 31.12.2024 31.12.2023**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Saldo Inicial** | **205.666** | **257.536** | **211.850** |
| Créditos baixados para prejuízo | (86.073) | (198.288) | (113.587) |
| Provisão constituída | 51.868 | 112.213 | 159.273 |
| **Saldo Final** | **171.461** | **171.461** | **257.536** |

* 1. Informações complementares

**2º sem/2024 31.12.2024 31.12.2023**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Créditos renegociados (1) | 25.070 | 34.041 | 52.152 |
| Recuperação de créditos baixados para prejuízo | 4.895 | 7.467 | 7.594 |

(1) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. As operações renegociadas mantiveram, no mínimo, os *ratings* vigentes, admitindo-se melhora apenas nos casos de amortização relevante ou reforços de garantia.

1. - Outros Ativos
   1. Outros valores e bens

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Custo** | **Provisão para Redução ao Valor**  **Recuperável de Ativos** | **Custo Líquido de Provisão** | |
| **31.12.2024** | **31.12.2023** |
| Ativos não financeiros mantidos para  venda – Imóveis recebidos | 40.970 | (2.367) | 38.603 | 38.529 |
| Despesas antecipadas | 57 | - | 57 | 56 |
| **Total** | **41.027** | **(2.367)** | **38.660** | **38.585** |

* 1. Outros Créditos

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | | **31.12.2024** |  |  | **31.12.2023** |
|  | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** |
| Rendas a receber | 4.358 | - | **4.358** | 4.223 | - | **4.223** |
| Devedores diversos – País | 3.044 | - | **3.044** | 1.868 | - | **1.868** |
| Adiantamentos e antecipações salarias | 53 | - | **53** | 102 | - | **102** |
| Devedores por compra de valores e bens | 32 | 65 | **97** | 34 | 96 | **130** |
| Outros | 544 | - | **544** | 723 | - | **723** |
| **Total** | **8.031** | **65** | **8.096** | **6.950** | **96** | **7.046** |

1. - Imobilizado e intangível
   1. Imobilizado de Uso

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Taxa de Provisões para Redução Custo Depreciação ao Valor Recuperável de** | | | | | **Cust**  **31.12.2024** | **o líquido de Depreciação**  **31.12.2023** |
| Imóveis de Uso:  **Depreciação**  **Ativos** |  |  |  |  |  |  |
| - Terrenos | - | 11.600 | - | - | 11.600 | 10.783 |
| - Edificações | 1,67% | 20.161 | (3.465) | - | 16.696 | 16.393 |
| Outras Imobilizações de Uso: |  |  |  |  |  |  |
| Móveis e Equipamentos | 3,33% a 20% | 1.898 | (1.375) | - | 523 | 389 |
| Sistema de Processamento de Dados | 20% | 297 | (145) | - | 152 | 55 |
| Sistema de Comunicação | 6,67% a 20% | 252 | (213) | - | 39 | 55 |
| Instalações | 10% | 127 | (119) | - | 8 | 11 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Total em 31/12/2024** | **34.335** | **(5.317)** | **-** | **29.018** | **-** |
| **Total em 31/12/2023** | **34.017** | **(4.791)** | **(1.540)** | **-** | **27.686** |

* 1. Intangível

|  |  |
| --- | --- |
| **Custo Amortização** | **Custo Líquido de Amortização** |
| **31.12.2024 31.12.2023** |
| Outros Ativos Intangíveis: | |

*Software –* adquiridos 5.444 (3.787) 1.657 1.933

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| *Software –* gerados internamente | 4.426 | (1.033) | 3.393 | 4.278 |
| **Total em 31/12/2024** | **9.870** | **(4.820)** | **5.050** | **-** |
| **Total em 31/12/2023** | **9.870** | **(3.659)** | **-** | **6.211** |

1. - Depósitos e demais instrumentos financeiros
   1. Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

**31.12.2024 31.12.2023**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **0-30** | **31-180** | **181-360** | **Acima de**  **360** | **Total** | **%** | **Total** | **%** |
| BNDES | 13.575 | 63.893 | 56.957 | 150.571 | **284.996** | 48,81 | **429.592** | 54,33 |
| FUNGETUR | 8.064 | 36.820 | 34.189 | 38.829 | **117.902** | 20,19 | **220.329** | 27,87 |
| FINEP | 1.949 | 10.010 | 15.179 | 147.987 | **175.125** | 29,99 | **130.010** | 16,44 |
| FINAME | 388 | 1.324 | 1.189 | 2.927 | **5.828** | 1,00 | **10.724** | 1,36 |
| **Total** | **23.976** | **112.047** | **107.514** | **340.314** | **583.851** | **100,00** | **790.655** | **100,00** |

* 1. Empréstimos no exterior

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2024 31.12.2023** | | | | | | | | | |
|  | **Tranche** | **Data da**  **Liberação** | **Vencimento**  **Final** | **Taxa de**  **Juros** | **Valor**  **liberado** | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** | **Total** |
| IFC -1 | 14/05/2021 | | 16/03/2026 | SOFR +  2,87826%(1) | 158.205 | 65.820 | 29.779 | **95.599** | **126.741** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CAF-1 | 12/08/2020 | 12/08/2026 | CDI+2,84% | 109.912 | 27.006 | 24.425 | **51.431** | **77.426** |
| CAF-2 | 11/09/2020 | 11/09/2026 | CDI+2,74% | 84.022 | 20.199 | 18.672 | **38.871** | **58.497** |
| CAF-3 | 28/09/2020 | 28/09/2026 | CDI+2,82% | 77.876 | 18.494 | 17.306 | **35.800** | **53.814** |
| **Total** |  |  |  | **430.015** | **131.519** | **90.182** | **221.701** | **316.478** |

(1) Até 30 de junho de 2023, a taxa de juros era Libor 6M + 2,45%. O instrumento de hedge também foi ajustado (vide Nota Explicativa nº 6c).

O financiamento contratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US$ 50 milhões, possui prazo de vencimento de 6 anos e foi liberado em tranches de diferentes valores. Foi realizado *swap offshore* e, portanto, o recurso foi internalizado em Reais.

O financiamento contratado com a International Finance Corporation (IFC) teve tranche única, no montante de US$ 30 milhões, com prazo de vencimento de 5 anos. Foi contratado *hedge,* conforme detalhado na nota explicativa nº 6c para a referida captação.

* 1. Outros passivos financeiros

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | **31.12.2024** |  |  | **31.12.2023** |
| **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** |
| **Recursos para Destinação Específica (1)** | | | | | |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Programa Água Limpa | 2.032 | 22.785 | 24.817 | 3.085 | 21.892 | 24.977 |
| FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo | 20.322 | - | 20.322 | 23.863 | - | 23.863 |
| Programa Frota Nova Município | 333 | 9.795 | 10.128 | 882 | 8.835 | 9.717 |
| Programa Incentivo ao Investimento Esportivo | 72 | 1350 | 1.422 | 157 | 1.196 | 1.353 |
| Programa Renova SP | - | - | - | 184 | - | 184 |
| Programa Desenvolve Municípios | - | - | - | - | - | - |
| **Subtotal** | **22.759** | **33.931** | **56.689** | **28.171** | **31.923** | **60.094** |
| Depósitos vinculados | 69 | - | 69 | 68 | - | 68 |
| **Total** | 22.828 | 33.931 | 56.758 | **28.239** | **31.923** | **60.162** |

**(1)** Referem-se a recursos do FUNGETUR para a concessão de operações de crédito, ainda não desembolsados aos clientes, e recursos transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo à Desenvolve SP para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito dos respectivos Programas de financiamento.

11- Obrigações fiscais correntes e diferidas

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | **31.12.2024** | |  |  | **31.12.2023** |
|  | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** |
| Imposto de Renda | 9.194 | - | **9.194** | 59.959 | - | **59.959** |
| Contribuição Social | 13.170 | - | **13.170** | 56.107 | - | **56.107** |
| Impostos e contribuições sobre salários | 3.848 | 182 | **4.030** | 3.407 | 132 | **3.539** |
| Impostos e contribuições diferidos | - | 2.288 | **2.288** | - | 2.224 | **2.224** |
| COFINS | 1.972 | - | **1.972** | 1.866 | - | **1.866** |
| PIS | 320 | - | **320** | 303 | - | **303** |
| Outros | 364 | - | **364** | 423 | - | **423** |
| **Total** | **28.868** | **2.470** | **31.338** | **122.065** | **2.356** | **124.421** |

12 - Outros Passivos

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | | **31.12.2024** |  |  | **31.12.2023** |
|  | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** |
| Sociais e estatutárias **(a)** | 32.238 | - | **32.238** | 32.842 | - | **32.842** |
| Outras Obrigações **(b)** | 30.639 | 652 | **31.291** | 33.161 | 471 | **33.632** |
| **Total** | **62.877** | **652** | **63.529** | **66.003** | **471** | **66.474** |

1. Sociais e estatutárias

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | | **31.12.2024** |  |  | **31.12.2023** |
|  | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** |
| Juros sobre o capital próprio | 29.085 | - | **29.085** | 29.814 | - | **29.814** |
| Participação nos lucros | 3.153 | - | **3.153** | 3.028 | - | **3.028** |
| **Total** | **32.238** | **-** | **32.238** | **32.842** | **-** | **32.842** |

1. Outras obrigações

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | | **31.12.2023** |  |  | **31.12.2023** |
|  | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não**  **circulante** | **Total** |
| Adiantamentos por Fundos  Garantidores de Operações | 890 | - | 890 | 14.007 | - | 14.007 |

Provisões para despesas administrativas

Fornecedores 3.429 - 3.429 5.441 - 5.441

18.430 - 18.430 7.948 - 7.948

Provisões para despesas de pessoal

Credores diversos 2.992 - 2.992 1.722 - 1.722

4.624 652 5.276 3.898 471 4.369

Cobrança e arrecadação de tributos

274 - 274 145 - 145

**Total 30.639 652 31.291 33.161 471 33.632**

13- Patrimônio líquido

1. Capital social

Em 20 de janeiro de 2023 o Banco Central do Brasil aprovou o aporte de capital no montante de R$ 1.000.000 (um bilhão de Reais).

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social de R$ 3.156.476 está representado por 2.728.177.414 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

1. Reserva de lucros
   1. Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram destinados para essa reserva o montante de R$ 9.339 (R$ 10.618 em 2023).

* 1. Reserva especial de lucro

A Reservas Especial de Lucros é constituída pela apropriação dos lucros não distribuídos da Instituição, sendo sua constituição efetivada por proposta dos órgãos da administração. Inclui também os Juros sobre o capital próprio, dividendos adicionais propostos, com destinação a ser definida em Assembleia, no valor de R$ 133.080 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 151.289 em dezembro de 2023).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos juros sobre o capital próprio adicionais no valor de R$ 64.662 e dividendos adicionais no valor de R$ 86.627 referentes ao exercício de 2023.

1. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposto no artigo 46 do Estatuto Social da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio:

|  |
| --- |
| **31.12.2024 31.12.2023** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Lucro Líquido | 186.779 | 212.336 |
| (-) Reserva Legal | (9.339) | (10.618) |
| **Base de Cálculo Ajustada** | **177.440** | **201.718** |
| Dividendo mínimo obrigatório - JCP | 44.360 | 50.429 |
| JCP adicionais propostos | 57.021 | 64.662 |
| Reserva de lucros | 76.059 | 86.627 |

1. Lucro por ação

**2º sem/2024 31.12.2024 31.12.2023**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Lucro líquido do período | 103.719 | 186.779 | 212.336 |
| Número de Ações | 2.728.177.414 | 2.728.177.414 | 2.728.177.414 |
| Lucro por ação (R$) | 0,03802 | 0,06846 | 0,07783 |

14 - Desdobramento das contas de resultado

1. Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio

**2º Sem/2024 31.12.2024 31.12.2023**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Rendas de Títulos de Renda Fixa | 81.999 | 183.916 | 290.555 |
| Rendas de aplicações em fundos de investimento | 8.328 | 12.729 | 14.574 |
| Lucros com títulos de renda fixa | 1.850 | 4.798 | 852 |
| Provisão p/ desvalorização de títulos | (1.188) | (14.787) | (6.464) |
| **Total** | **90.989** | **186.656** | **299.517** |
| b) Operações de empréstimos, cessões e repasses |  |  |  |
|  | **2º Sem/2024** | **31.12.2024** | **31.12.2023** |
| Despesas de empréstimos no exterior | (23.906) | (54.100) | (48.407) |
| Despesas de repasses - BNDES | (14.960) | (35.779) | (45.467) |
| Despesas de repasses - FUNGETUR | (5.292) | (11.885) | (21.993) |
| Despesas de repasses – FINEP | (2.285) | (4.432) | (4.307) |
| Despesas de repasses - FINAME | (314) | (769) | (1.168) |
| Despesas de repasses - outros | (2.996) | (5.954) | (5.525) |
| **Total** | **(49.753)** | **(112.919)** | **(126.867)** |

1. Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2º sem/2024** | **31.12.2024** | **31.12.2023** |
| Receitas de prestação de serviços | 28.255 | 52.133 | 54.106 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Rendas de tarifas bancárias | 5.520 | 8.531 | 16.234 |
| **Total** | **33.775** | **60.664** | **70.340** |

1. Despesas de pessoal

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2º sem/2024** | **31.12.2024** | **31.12.2023** |
| Proventos | (16.738) | (32.862) | (29.781) |
| Encargos sociais | (6.253) | (12.343) | (10.929) |
| Benefícios | (6.577) | (12.447) | (8.661) |
| Honorários de diretores e conselheiros | (2.863) | (5.290) | (3.840) |
| Treinamento | (630) | (872) | (415) |
| Estagiários | (550) | (891) | (578) |
| **Total** | **(33.611)** | **(64.705)** | **(54.204)** |

1. Outras despesas administrativas

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2º sem/2024** | **31.12.2024** | **31.12.2023** |
| Serviços técnicos especializados(a) | (13.056) | (24.111) | (19.810) |
| Processamentos de dados(b) | (11.595) | (21.685) | (18.919) |
| Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)(c) | (5.455) | (11.596) | (8.953) |
| Propaganda e publicidade (d) | (3.238) | (4.137) | (493) |
| Contribuições filantrópicas | (2.480) | (2.620) | (4.500) |
| Serviços de terceiros(e) | (1.572) | (2.241) | (979) |
| Patrocínios e relações públicas(d) | (1.132) | (2.133) | (1.752) |
| Manutenção e conservação de bens | (903) | (1.765) | (1.688) |
| Amortização | (560) | (1.161) | (465) |
| Serviços do sistema financeiro | (422) | (809) | (803) |
| Transporte | (417) | (761) | (735) |
| Publicações | (328) | (754) | (318) |
| Depreciação | (274) | (527) | (443) |
| Materiais de Escritório | (280) | (406) | (578) |
| Comunicações | (196) | (354) | (305) |
| Vigilância e segurança | (171) | (343) | (322) |
| Água, energia e gás | (158) | (331) | (285) |
| Viagem no país | (110) | (249) | (229) |
| Viagem ao Exterior | (21) | (109) | - |
| Seguros | (42) | (83) | (83) |
|  |  |  |  |
| **Total** | **(42.410)** | **(76.175)** | **(61.660)** |

(a) Aumento com honorários advocatícios com contratação de escritórios terceirizados R$ 12.208 (R$ 10.175 em 2023) e consultas de análise de crédito R$ 6.527 (R$ 3.918 em 2023).

(b) Aumento com as equipes de apoio aos sistemas legados R$ 20.469 (R$ 17.162 em 2023).

(c) Aumento com despesas custas legais e judiciais em ações de cobrança R$ 10.128 (R$ 7.928 em 2023).

(d) As despesas com publicidade e patrocínio estão em conformidade com o limite previsto no artigo 93, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Aumento de publicidade em radio, tv e midias sociais.

(e) Aumento de serviço de cobrança R$ 803 (R$ 88 em 2023) e despesas com montagem de salas R$ 319.

1. Despesas tributárias

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2º sem/2024** | **31.12.2024** | **31.12.2023** |
| Contribuição ao COFINS | (11.488) | (22.146) | (23.897) |
| Contribuição ao PIS | (1.867) | (3.599) | (3.883) |
| ISSQN | (895) | (1.546) | (1.959) |
| IPTU | (201) | (451) | (696) |
| Outras | (67) | (67) | (21) |
| **Total** | **(14.518)** | **(27.809)** | **(30.456)** |

1. Outras receitas operacionais

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2º sem/2024** | | **31.12.2024** | **31.12.2023** | |
| Variação Cambial s/empréstimo no exterior | - | | - | 10.913 | |
| Recuperação de despesas(1) | 9.262 | | 16.123 | 6.848 | |
| Reversão Despesas Administrativas | 1.328 | | 3.269 | 928 | |
| Ajuste valor de mercado s/empréstimo no exterior | 2.068 | | 2.068 | - | |
| Reversão provisão perdas por redução ao valor recuperável de ativos | 1.540 | | 1.540 | - | |
|  |  | |  |  | |
| Laudos de avaliação de bens | 97 | | 169 | 188 | |
| Outras | 67 | | 145 | 54 | |
| **Total** | **14.362** | | **23.314** | **18.931** | |
| (1) Refere-se ao ressarcimento de custas processuais e consultas de análise de crédito efetuados pelos Fundos Especiais de Financiamento e | | | | | |
| Investimento do Estado de São Paulo administrados pela Desenvolve SP. | | |  |  | |
| h) Outras Despesas operacionais | | |  |  | |
| **2º sem/2024** | | | **31.12.2024** | **31.12.2023** | |
| Perdas com operações de crédito 11.143 | | | 11.191 | 99 | |
| Atualização IRPJ - | | | 581 | 432 | |
| Atualização CSLL - | | | 549 | 411 | |
| Provisão perdas por redução ao valor recuperável de ativos - | | | - | 1.540 | |
| Outras 13 | | | 77 | 112 | |
| **Total 11.156** | | | **12.398** | **2.594** | |
| **15 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** | | |  |  | |
| a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido | | |  |  | |
|  | **2º sem/2024** |  | **31.12.2024** |  | **31.12.2023** |
| **IRPJ** | **CSLL** | **IRPJ** | **CSLL** | **IRPJ** | **CSLL** |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e 143.076 | 143.076 | 258.781 | 258.781 | 294.186 | 294.186 |
| Participação dos empregados (3.106) | (3.106) | (4.775) | (4.775) | (4.745) | (4.745) |
| Resultado após a participação dos empregados 139.970 | 139.970 | 254.006 | 254.006 | 289.441 | 289.441 |

participações

**Alíquotas vigentes(a) 25% 20% 25% 20% 25% 20%**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes(b)**  Adições | **(34.992)**  (19.261) | **(27.994)**  (15.282) | **(63.501)**  (40.676) | **(50.801)**  (32.312) | **(72.362)**  (55.651) | **(57.888)**  (44.361) |
| Exclusões | 30.520 | 24.406 | 46.743 | 37.375 | 11.354 | 9.064 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| Incentivos Fiscais | 2.498 | - | 2.697 | - | 4.577 | - |
| Prorrogação de licença maternidade | 9 | - | 15 | - | 34 | - |
| Juros sobre capital próprio | 13.956 | 11.165 | 25.346 | 20.277 | 28.773 | 23.018 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Imposto de Renda e CSLL corrente** | **(7.270)** | **(7.705)** | **(29.376)** | **(25.461)** | **(83.275)** | **(70.167)** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| Ativo Fiscal Diferido líquido | (11.802) | (9.443) | (6.848) | (5.479) | 42.470 | 33.976 |
| Passivo fiscal diferido liquido | (17) | (13) | (35) | (28) | (61) | (48) |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Imposto de Renda e CSLL diferido** | **(11.819)** | **(9.456)** | **(6.883)** | **(5.507)** | **42.409** | **33.928** |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social do Período** | **(19.089)** | **(17.161)** | **(36.259)** | **(30.968)** | **(40.866)** | **(36.239)** |

1. Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 45%, conforme apresentado a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Diferenças Temporárias** | **Saldo em**  **31.12.2023** | **Baixa Co** | **nstituição** | **Saldo em**  **31.12.2024** |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa | 165.471 | (68.410) | 50.523 | 147.584 |
| Rendas de atraso | 13.483 | (9.886) | 3.371 | 6.968 |
| Provisões para desvalorização de títulos livres | 5.394 | (25) | 6.679 | 12.048 |
| Provisões para despesas administrativas | 4.500 | (3.171) | 8.294 | 9.623 |
| Provisões para desvalorização de BNDU | 923 | - | 142 | 1.065 |
| Provisões para passivos contingentes | 779 | (705) | 862 | 936 |
| Provisões para outros créditos | 6 | (1) | - | 5 |
| **Total dos créditos tributários diferidos** | **190.556** | **(82.198)** | **69.871** | **178.229** |
| Diferença entre as depreciações contábil e fiscal | (2.225) | - | (63) | (2.288) |
| **Total das obrigações tributárias diferidas** | **(2.225)** | **-** | **(63)** | **(2.288)** |

A expectativa de realização dos créditos foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Resolução CMN n° 4.842, de 30 de julho 2020 (em função da publicação da Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022 e da Lei 15.078, de 27 de dezembro de 2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, os créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, serão deduzidos a partir de janeiro de 2026, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração), conforme demonstrado a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2025** | **2026** | **2027** | **2028** | **2029** | **Acima de**  **2029** | **Total** |
| Valor nominal | 57.072 | 27.928 | 21.777 | 16.909 | 14.774 | 39.769 | **178.229** |
| Valor presente | 49.628 | 21.587 | 15.233 | 10.753 | 8.541 | 19.123 | **124.865** |

O valor presente dos créditos tributários foi obtido descontando-se os valores futuros pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste semestre, não foram gerados créditos tributários não ativados.

1. - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693, de 29 de outubro de 2018, e com normativo da instituição que dispõe sobre essa matéria.

No exercício, foram realizadas as seguintes transações com partes relacionadas:

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP – A empresa foi

contratada para prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e BI. Outros serviços referentes à hospedagem de servidores externos e comunicação de dados foram levados à despesa no valor de R$ 4.706 (R$ 4.794 em 2023), serviços de publicidade legal de todos os atos de interesse da Instituição R$ 614 (R$ 158 em 2023), serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo R$ 6.099 (R$ 4.783 em 2023) e serviços de locação de notebooks com fornecimento de software, peças de reposição e instalação, incluindo os serviços de teleatendimento técnico em manutenção “*on site*” R$ 2.661 (R$ 1.894 em 2023).

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. – IPT – A empresa foi contratada

para prestação de serviços técnicos de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação tecnológica. No exercício de 2024, as despesas totalizaram R$ 248 (R$ 251 em 2023).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE – A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos especializados associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos no Estado de São Paulo. No exercício de 2023, as despesas totalizaram R$ 42.

FUNDOS ESPECIAIS DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - Prestação de

serviços de administração e gestão de recursos de fundos públicos. Em 2024, as receitas com administração dos Fundos totalizaram R$ 49.573 (R$ 51.922 em 2023), as receitas com liberação de recursos R$ 2.550 (R$ 2.184 em 2023) e as receitas com recuperação de despesas R$ 15.473 (R$ 6.397 em 2023). Em 31 de dezembro de 2024, está registrado no ativo o valor a receber de R$ 5.283 (R$ 4.440 em 31 de dezembro de 2023).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Desenvolve SP 31.12.2024** | | | | | |  | **31.12.2023** | | | | |
| **Descrição** | **Prodesp** | **Fundos** | **IPT** | **SEADE** | **Total** |  | **Prodesp** | **Fundos** | **IPT** | **SEADE** | **Total** |
| **Ativo** |  | **5.283** |  |  |  |  | **4.440** | | | | |

Administração de Fundos Públicos Estaduais

5.283 4.440

**Resultado**

Administração de Fundos Públicos

Estaduais

Serv. Consultoria, Desenvolvimento e Manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo

Serv. Hospedagem servidor externo

67.596 60.503

(6.099) **(6.099)**

(4.783) **(4.783)**

(4.706) **(4.706)** (4.794) **(4.794)**

Serv. Locação de Notebooks e fornecimento de Software

(1.531)

**(1.531)**

(1.102) **(1.102)**

Serv. Plataforma de colaboração e

produtividade

(1.130) **(1.130)** (792) **(792)**

Serv. Publicidade Legal (614) **(614)**

(158) **(158)**

Serv. Técnico Especializado de

avaliação e acompanhamento de projetos de inovação

(248) **(248)** (251) **(251)**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Serv. Técnico especializado associado à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos |  |  |  | - | **-** |  | (42) **(42)** | | | | |
| **Total** | **(14.080)** | **67.596** | **(248)** | **-** | **(14.328)** |  | **(11.629)** | **60.503** | **(251)** | **(42)** | **(11.922)** |

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelos Superintendentes, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2º sem/2024** | **31.12.2024** | **31.12.2023** |
| **Benefícios de Curto Prazo** | **10.229** | **19.997** | **18.106** |
| Superintendentes | 6.877 | 13.733 | 13.554 |
| Diretoria(a) | 1.775 | 3.272 | 1.809 |
| Conselho de Administração(a) | 770 | 1.531 | 1.305 |
| Comitê de Auditoria | 550 | 948 | 977 |
| Conselho Fiscal | 257 | 513 | 461 |
| **Outros Benefícios de Longo Prazo** | **288** | **514** | **317** |
| Diretoria(a) | 288 | 514 | 317 |
| **Total** | **10.517** | **20.511** | **18.423** |

**(a)** Os valores relativos à remuneração dos administradores seguem as premissas e diretrizes constantes na Política de Remuneração de Administradores da Instituição.

1. - Contingências

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Natureza** | **31.12.2023** | **Reclassificação** | **Baixa** | **Provisão** | **Reversão** | **31.12.2024** |
| Trabalhista | 968 | (19) | (264) | 1.663 | (1.341) | 1.007 |
| Cível | 759 | 19 | - | 252 | (226) | 804 |
| **Total** | **1.727** | **-** | **(264)** | **1.915** | **(1.567)** | **1.811** |

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Natureza** | **31.12.2024** | **31.12.2023** |
| Trabalhista | 2.585 | 414 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Cível | 1.245 | 1.076 |
| **Total** | **3.830** | **1.490** |

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

1. - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabelece a segmentação das instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para aplicação proporcional da regulação prudencial.

A Instituição está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB). Esse enquadramento determina exigências regulatórias específicas que influenciam sua estrutura de gerenciamento de risco de capital.

1. - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

A Declaração de Apetite por Riscos (RAS) define os riscos que a instituição está disposta a assumir, os limites para cada tipo de risco e sua tolerância a variações inesperadas.

A RAS é um instrumento estratégico que reflete a disposição e capacidade da Desenvolve SP em gerenciar riscos de maneira controlada, garantindo conformidade regulatória e alinhamento aos objetivos estratégicos. A versão revisada em 2024 incorporou a definição de limites globais e operacionais, regulatórios e gerenciais, além de limites específicos para a execução de estratégias setoriais e de produtos, considerando as premissas estratégicas estabelecidas para o período de 2025 a 2029.

1. - Integração entre os riscos

A abordagem de gerenciamento de riscos da Desenvolve SP visa assegurar que os diferentes tipos de risco sejam tratados de maneira integrada, evitando efeitos adversos cumulativos e garantindo maior eficiência na alocação de capital.

A instituição adota uma abordagem integrada para os riscos relevantes: crédito, operacional, liquidez, social, ambiental, climático e de mercado. Desde janeiro de 2022, o risco de variação das taxas de juros na carteira bancária (IRRBB) também passou a ser considerado relevante, sendo calculado conforme metodologia estabelecida pelo Bacen.

Para mitigar impactos, são implementadas medidas preventivas, tais como testes de estresse, monitoramento contínuo e integração de cenários na gestão de capital.

1. - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital está disponível no endereço https:/[/www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-](http://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-) corporativa/gestao-de-riscos/, no site da Instituição.

* 1. Estrutura Organizacional

A responsabilidade pelo gerenciamento de riscos e capital é da Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), vinculada à Diretoria de Controle de Riscos. A Suric atua por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

* 1. Estrutura de Sistemas

A instituição dispõe de um sistema interno que abrange todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e possibilita a identificação, mensuração, avaliação, o monitoramento, reporte, controle e a mitigação dos riscos considerados relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter capital compatível com esses riscos.

1. - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital, o Programa de Testes de Estresse e a Política de Divulgação de Informações relativas ao gerenciamento de riscos e de capital.

1. Risco de Crédito

A Desenvolve SP conta com uma Diretoria de Controle de Riscos (DCR), cuja missão é assegurar que os riscos decorrentes da concessão de crédito e de outras atividades relevantes sejam identificados, controlados e mitigados. Esse processo visa garantir a proteção dos ativos, a sustentabilidade dos negócios e a otimização da alocação de capital.

A estrutura da DCR é composta por três unidades subordinadas, cada uma com responsabilidades específicas em relação ao risco de crédito:

* + Superintendência de Crédito:
    - Planejar, implementar e administrar princípios de crédito;
    - Propor as políticas de cadastro e crédito;
    - Gerir granularmente a carteira de crédito, incluindo a análise de inadimplência e a execução de ações corretivas para mitigação de riscos;
    - Analisar a viabilidade econômico-financeira dos projetos de investimento de empresas;
    - Definir e propor às alçadas competentes as políticas e os processos de cobrança que viabilizem a redução das perdas financeiras com inadimplência.
  + Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas:
    - Definir e propor às alçadas competentes a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito e a Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da instituição;
    - Monitorar potenciais perdas financeiras oriundas do risco de crédito;
    - Propor ações de melhoria nas políticas, regras e parâmetros de crédito e de operações financeiras nas suas respectivas instâncias, quando da identificação de tendências de materialização de riscos que comprometam os níveis de capital e os resultados estimados da instituição;
    - Supervisionar os limites regulatórios e gerenciais relacionados ao risco de crédito, garantindo a conformidade com a regulamentação vigente e a efetividade dos controles internos;
    - Coordenar a elaboração, revisão e implementação das metodologias de risco de crédito, incluindo modelos de estimação de perdas, segmentação de carteira, análise de concentração de risco e avaliação de ativos problemáticos;
    - Validar e atualizar periodicamente as premissas utilizadas nos modelos de risco, garantindo aderência às regulamentações e às melhores práticas de mercado;
    - Reportar periodicamente os indicadores de risco e as exposições significativas ao Comitê de Riscos e Controles Internos (CRC).
  + Superintendência de Suporte ao Negócio:
    - Formalizar as operações de crédito aprovadas pelas devidas instâncias, averiguando sua conformidade;
    - Administrar as atividades desenvolvidas por empresas terceirizadas para prestação de serviços de avaliação e vistoria de bens oferecidos em garantia, bem como o acompanhamento de projetos de investimento, garantindo o cumprimento das condições contratadas;
    - Analisar, processar e controlar a documentação e as garantias das operações de crédito, assegurando sua adequação às normas internas operacionais, regulamentações e legislações vigentes.

Cabe destacar que a gestão do risco de crédito é realizada de forma segregada entre a Suric e a Sucre, de acordo com suas respectivas competências.

O valor destinado à alocação de capital para o risco de crédito é representado pela parcela RWACPAD, calculada em conformidade com a regulamentação vigente.

1. Risco Operacional

A metodologia para mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional está formalmente descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração.

A alocação de capital para esse risco é determinada pelo cálculo da parcela RWAOPAD, conforme a metodologia definida pelo Banco Central do Brasil, utilizando a Abordagem do Indicador Básico.

1. Risco de Liquidez

O controle de liquidez na Desenvolve SP é realizado por meio de procedimentos diários.

O Plano de Contingência de Liquidez, que integra as diretrizes da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, garantindo a operacionalização e a eficácia dos mecanismos de monitoramento e resposta a eventuais tensões de liquidez.

1. Riscos Social, Ambiental e Climático

A Política de Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático (PGRSAC) define os critérios socioambientais e climáticos que devem ser observados na concessão de crédito, na avaliação de garantias e nas contratações administrativas. O Sistema de Administração de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (SARASC) integra procedimentos que devem ser incorporados nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações, avaliação de garantias e renegociações, assegurando a integração dos aspectos socioambientais e climáticos nas operações e decisões da instituição.

1. Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê sistemas que consideram todas as fontes significativas desse risco e utilizam dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que a carteira da instituição é composta por operações de crédito e pelos recursos da tesouraria – classificados na carteira bancária e não na carteira de negociação – o risco de mercado é representado pelo IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), cujo cálculo está em conformidade com as regulamentações do Banco Central do Brasil.

O IRRBB é considerado um risco relevante, não compondo o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), mas atuando na redução da margem de alavancagem. Assim, deve ser apurado de forma complementar às necessidades de capital, monitorado e controlado em função da margem de alavancagem, com reportes periódicos à alta administração, para a estimativa de um Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos assumidos.

1. Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital da Desenvolve SP possibilita a avaliação contínua da necessidade de capital para absorção dos riscos aos quais a instituição está exposta. O Plano de Capital, aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, está alinhado com o planejamento estratégico institucional e é complementado pelo Plano de Contingência de Capital. Para um horizonte de três anos, são projetados todos os índices de capital, permitindo a análise e a adequação da futura posição de capital da instituição.

1. – Política de Divulgação de Informações do Relatório de Pilar 3

A Instituição divulga, anualmente, o relatório Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital. A responsabilidade pela divulgação deste relatório é do Diretor de Controle de Riscos, que gerencia os riscos e o capital da instituição. A divulgação inclui a disponibilização, em formato flexível conforme as diretrizes do Bacen, da tabela OVA – Visão Geral do Gerenciamento de Riscos. A produção das informações é de competência da Suric.

1. - Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC)

O Relatório GRSAC tem por objetivo descrever a governança do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático. Esse relatório evidencia o papel do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada e do Diretor de Controle de Riscos na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação desses riscos, conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Com periodicidade anual, o relatório é apresentado por meio da Tabela GVR – Governança do Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático, conforme determina o Bacen.

1. - Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange todos os riscos relevantes, conforme definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da instituição. Esses testes são fundamentais para validar a resiliência do portfólio de riscos diante de cenários adversos.

1. - Relatórios

Mensalmente, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração recebem relatórios gerenciais que abordam o gerenciamento de riscos e de capital. Além disso, é apresentado, de forma trimestral ou em caráter emergencial, o Relatório de Gestão de Riscos e de Capital, conforme a necessidade.

1. - Limites Operacionais

As Resoluções nº 4.955 e 4.958, de 21 de outubro de 2021, do Conselho Monetário Nacional, orientam os cálculos para o requerimento de capital compatível com os riscos das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras. No âmbito de Basileia III, foram estabelecidas regras para assegurar a compatibilidade do capital com os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional. Na Desenvolve SP, o cálculo das parcelas para suportar esses riscos é realizado com base nos modelos padronizados divulgados pelo Bacen.

Destaca-se que a Desenvolve evidencia parcela de seu PR para operações de crédito com o setor público, a qual, somada ao excesso de recursos aplicados no ativo permanente, é descontada do PR. Esse PR é denominado Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia (PRRWA).

Assim, a Desenvolve SP opera dentro dos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme ilustrado no quadro abaixo:

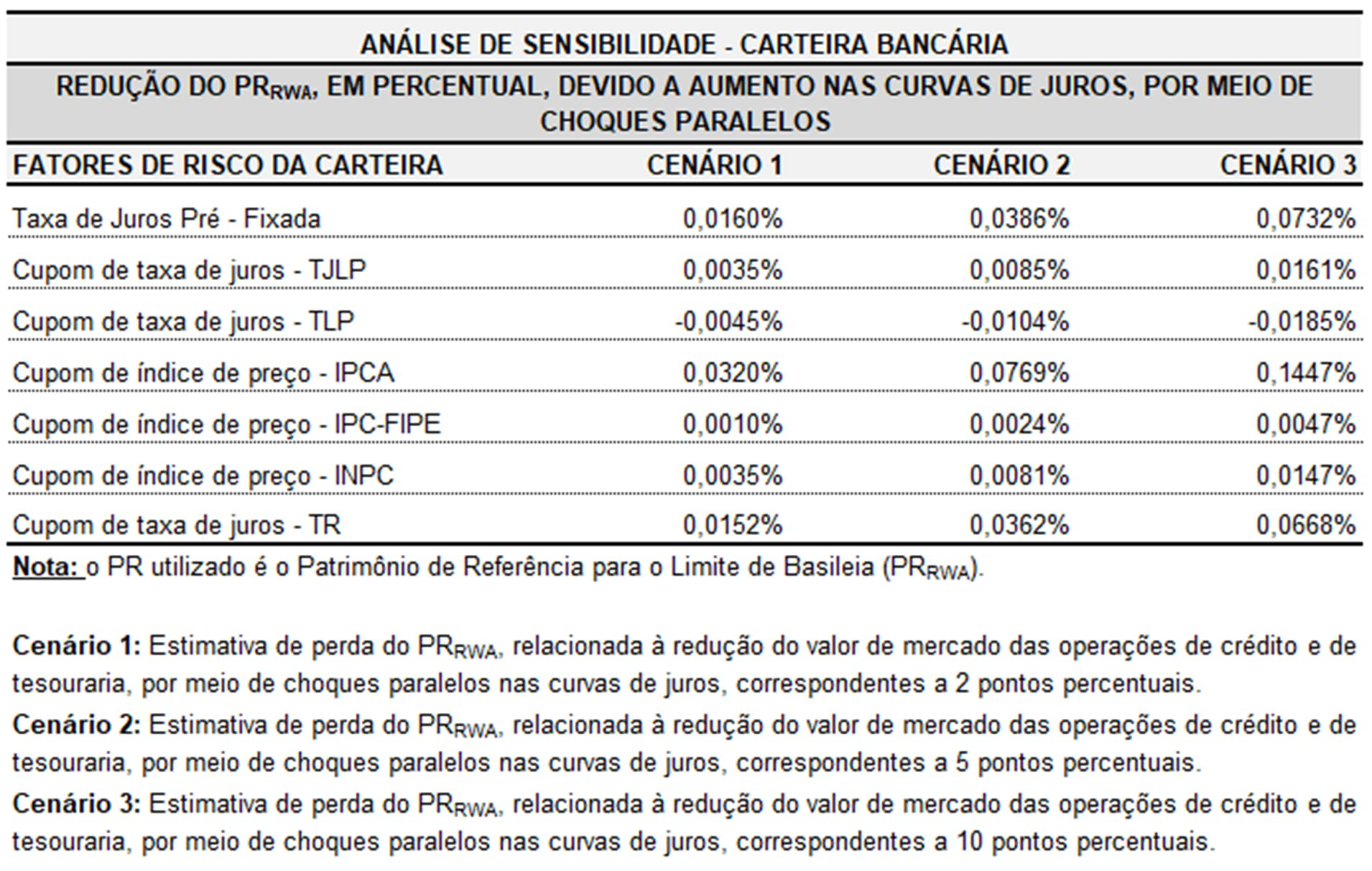
|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ADEQUAÇÃO DE CAPITAL** | **VALORES EM R$ MIL** | |
| **31.12.2024** | **31.12.2023** |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)** | **3.389.638** | **3.399.908** |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PRRWA)** | **2.789.638** | **3.049.908** |
| PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO | 2.789.638 | 3.049.908 |
| EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE | - | - |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR\_I)** | **3.389.638** | **3.399.908** |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR\_II)** | **-** | **-** |
| **CAPITAL PRINCIPAL** | **3.389.638** | **3.399.908** |
| DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO | 600.000 | 350.000 |
| SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO | 29.018 | 27.686 |
| PARCELA RWACPAD - requerimento de capital ref. ao risco de crédito - abordagem padronizada | 2.994.623 | 2.970.050 |
| PARCELA RWAMPAD - requerimento de capital ref. ao risco de mercado - abordagem padronizada | 2.635 | 4.918 |
| PARCELA RWAOPAD - requerimento de capital ref. ao risco operacional - abordagem padronizada | 907.399 | 700.143 |
| IRRBB - risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária | 115.886 | 126.721 |
| **RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWACPAD + RWAMPAD + RWAOPAD)** | **3.904.657** | **3.675.111** |
| MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO | 1.365.801 | 1.497.267 |
| **ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP): 2,5% a partir de 01/04/2022** | **97.616** | **91.878** |
| **MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO IRRBB E ACP** | **2.263.762** | **2.537.300** |
| **ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 10,5%, considerando ACP)** | **71,44%** | **82,99%** |
| **ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)** | **71,44%** | **82,99%** |
| **ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)** | **71,44%** | **82,99%** |

1. - Análise de Sensibilidade

A Desenvolve SP classifica todas as operações de crédito e de tesouraria na carteira bancária, não possuindo operações na carteira de negociação. Conforme as condições previstas na Resolução nº 02/2020, de 12 de agosto de 2020, do Banco Central do Brasil, a instituição realiza análises de sensibilidade aplicando testes de estresse aos instrumentos da carteira bancária, os quais são suscetíveis ao risco de variação de taxas de juros.

Os testes de estresse consistem em simulações por meio de choques paralelos nas curvas de juros, para mensurar a eventual perda do PRRWA.

Tais análises abrangem tanto as exposições da carteira ativa quanto da passiva, com os resultados apresentados de forma consolidada, considerando as exposições líquidas, para a data do último dia útil do exercício.



1. - Outras informações

Resultados recorrentes/não recorrentes

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2º sem/2024** | | | |  | | **31.12.2024** | |  | **31.12.2023** |
|  | **Resultado Recorrente** | **Resultado**  **não Recorrente** | **Total** | **Resultado Recorrente** | **Resultado**  **não Recorrente** | **Total** | **Resultado Recorrente** | **Resultado**  **não Recorrente** | **Total** |
| Receitas da Intermediação  Financeira | 297.514 | - | 297.514 | 581.667 | - | **581.667** | 640.715 | - | **640.715** |
| Despesas da Intermediação  Financeira | (101.621) | - | (101.621) | (225.132) | - | **(225.132)** | (286.140) | - | **(286.140)** |
| Resultado Bruto da  Intermediação Financeira | 195.893 | - | 195.893 | 356.535 | - | **356.535** | 354.575 | - | **354.575** |
|  | | | |  | | |  | | |
| Outras receitas (despesas)  operacionais **(1)** | (52.510) | - | (52.510) | (97.457) | - | **(97.457)** | (59.476) | - | **(59.476)** |
|  | | | |  | | |  | | |
| Resultado operacional | 143.382 | - | 143.382 | 259.078 | - | **259.078** | 295.099 | - | **295.099** |
|  | | | |  | | |  | | |
| Resultado não operacional (1**)** | (307) | - | (307) | (297) | - | **(297)** | (815) | (98) | **(913)** |
|  | | | |  | | |  | | |
| Resultado antes da Tributação  sobre o Lucro e Participações | 143.075 | - | 143.075 | 258.781 | - | **258.781** | 294.284 | (98) | **294.186** |
| Imposto de Renda e  Contribuição Social **(2)** | (36.250) | - | (36.250) | (67.227) | - | **(67.227)** | (77.149) | 44 | **(77.105)** |
| Participações no Lucro | (3.106) | - | (3.106) | (4.775) | - | **(4.775)** | (4.745) | - | **(4.745)** |
|  | | | |  | | |  | | |
| **Lucro Líquido** | **103.719** | **-** | **103.719** | **186.779** | **-** | **186.779** | **212.390** | **(54)** | **212.336** |

Resultados não recorrentes:

**(1)** Referem-se a:

2023: prejuízo na alienação de imóveis recebidos em dação de pagamentos (R$98)

2023: efeito dos tributos sobre o prejuízo na alienação de imóveis recebidos em dação de pagamentos (R$44)

1. – Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua conclusão.

###### DIRETORIA COLEGIADA

Ricardo Dias de Oliveira Brito – Diretor Presidente Karen Kemely Mussi Mhereb – Diretora Financeira Gustavo José Melo Santos - Diretor de Negócios Flavio Duarte de Oliveira – Diretor Administrativo

Ana Paula Teixeira de Souza – Diretora de Controles de Riscos

###### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva – Presidente do Conselho de Administração Carlos Augusto Jatahy Duque-Estrada Júnior

Cristiano Bonfim da Cruz

Diego Allan Vieira Domingues Fabrício Rodrigues da Cruz Francisco Vidal Luna Jerônimo Antunes

Jorge Tatino Júnior Luiz Márcio de Souza

Marcelo Diniz de Paula Rocha Ricardo Dias de Oliveira Brito

###### COMITÊ DE AUDITORIA

Marcelo Diniz de Paula Rocha – Coordenador do Comitê de Auditoria Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Bruno Ribeiro da Rocha Luana Roriz Meireles Maurício Pozzobon Martins

###### CONSELHO FISCAL

Eduardo Aggio de Sá – Conselheiro Fiscal efetivo Thiago Waltz Alves – Conselheiro Fiscal suplente

Eugenia Cristina Cleto Marolla – Conselheira Fiscal efetiva Diogo Colombo Braga – Conselheiro Fiscal suplente

Jorge Luiz de Lima – Conselheiro Fiscal efetivo Thierry Mendes Jorge – Conselheiro Fiscal suplente

Humberto Macedo Pucinelli – Conselheira Fiscal efetivo Roberto Yoshikazu Yamazaki – Conselheiro Fiscal suplente Juliana Augusto Cardoso – Conselheira Fiscal efetiva Marcos Akamine Wolff – Conselheiro Fiscal suplente

###### SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL

Gustavo Carvalho Araujo Contador CRC 1SP240330/O-0